



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CPF PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO DO CAMPO - PPGEDUCAMPO**

**WILLEMS IAN DE JESUS SOARES**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROTAGONISMO E ACESSO DAS MULHERES  
NEGRAS AOS ESPAÇOS FORMAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO  
ASSENTAMENTO BEIRA RIO**

**AMARGOSA-BA  
2023**

WILLEMS IAN DE JESUS SOARES

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROTAGONISMO E ACESSO DAS MULHERES  
NEGRAS AOS ESPAÇOS FORMAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO  
ASSENTAMENTO BEIRA RIO**

Estudo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Linha 3 – Cultura, Raça, Gênero e Educação do Campo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Tavares Mendes Froes

AMARGOSA-BA  
2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB  
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

S676e Soares, Willems Ian de Jesus.  
Educação do Campo: protagonismo e acesso das mulheres negras aos espaços formais da educação escolar no assentamento Beira Rio. / Willems Ian de Jesus Soares. – Amargosa, BA, 2023.  
77 fls.; il. color.

Orientadora: Prof. Dr. Lívia Tavares Mendes Froes.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2023.

Bibliografia: p. 71 - 77.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Movimentos sociais. I. Froes, Lívia Tavares Mendes. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROTAGONISMO E ACESSO DAS MULHERES  
NEGRAS AOS ESPAÇOS FORMAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO  
ASSENTAMENTO BEIRA RIO**

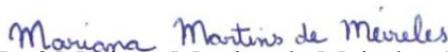
Estudo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Amargosa- BA, 05 de junho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Tavares Mendes Froes (IFBAIANO)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Martins de Meireles (UFRB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaqueline de Oliveira e Silva (UFMG)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a comunidade do Assentamento Beira Rio, sobretudo os Agentes comunitário de Saúde (ACS), pela contribuição para que esse trabalho fosse realizado. Especialmente minha orientado, pela paciência e coragem de ter imergido nesse estudo comigo.

## **RESUMO**

A partir da década de 1990, o MST intensificou a luta em prol da reforma agrária no Município de Boa Vista do Tupim, pautado em ações coletivas de ocupar, acampar, assentar e denunciar concentração de terras, defendendo a participação popular nestas questões. Esse fato provocou mudanças significativas junto aos munícipes, sobretudo nas mulheres camponesas, uma vez que influenciou e alterou o modo de viver, pensar e agir das que se vincularam ao Movimento. Esse estudo investigou o protagonismo e acesso de mulheres nos espaços formais de educação escolar no Assentamento Beira Rio, estudando o percurso e experiências no processo de escolarização, analisando a participação e a divisão do trabalho nas demandas cotidianas, verificando o papel educador do MST, as estruturas físicas, os instrumentos de gestão escolar viabilizadores para incluí-las nesses espaços. Nas trilhas metodológicas, além da pesquisa documental, traz a oralidade a partir das memórias de três mulheres negras assentadas, cujos percursos de escolarização foram atravessados por complexas relações de interdependência, interferências políticas e descontinuidades. Desse modo, constatou-se que, na divisão de trabalho elas continuam trabalhando em duplas jornadas, entre a agrovila e os lotes, o que dificulta o acesso de muitas aos espaços formais de educação. Também, houve um retrocesso nas ações do Movimento no que tange às formações de conscientização e mobilizações. Mesmo constatando a existência de estruturas físicas adequadas para funcionamento das escolas, os instrumentos de gestão escolar das Unidades de Ensino ainda não atendem às Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo.

**PALAVRAS - CHAVES:** MST. Gênero. Raça. Educação do Campo

## **ABSTRACT**

From the 1990s, the MST intensified the struggle for agrarian reform in the municipality of Boa Vista do Tupim, based on collective actions to occupy camp, settle and denounce land concentration, defending popular participation in these issues. This fact caused significant changes among the citizens, especially among rural women, since it influenced and changed the way of living, thinking and acting of those who joined the Movement. This study investigated the protagonism and access of women in the formal spaces of school education in the Beira Rio Settlement, studying the course and experiences in the schooling process, analyzing the participation and division of labor in daily demands, verifying the educational role of the MST, the physical structures, the school management tools that make it possible to include them in these spaces. In the methodological trails, in addition to documentary research, it brings orality from the memories of three settled black women, whose schooling paths were crossed by complex relationships of interdependence, political interference and discontinuities. Thus, it was found that, in the division of labor, they continue to work in double shifts, between the agrovillage and the lots, which makes it difficult for many to access formal education spaces. Also, there was a setback in the Movement's actions regarding awareness training and mobilizations. Even noting the existence of adequate physical structures for the functioning of the schools, the school management instruments of the Teaching Units still do not meet the Operational Guidelines for Countryside Education.

**KEYWORDS:** MST. Gender. Race. Countryside Education

## LISTA DE SIGLAS

<b>ATR</b>	Associações dos Trabalhadores Rurais.
<b>ACS</b>	Agente Comunitário de Saúde
<b>CEB</b>	Conselho Estadual de Educação
<b>CEFFA</b>	Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância
<b>CETA</b>	Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CDA</b>	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
<b>COVID</b>	Corona Vírus Disease ( <b>coronavírus</b> )
<b>CPD</b>	Coordenador de Central de Processamento de Dados
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CIFFHC</b>	Centro Integrado de Formação Fabio Henrique Cerqueira
<b>DOPEC</b>	Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo
<b>EBSF</b>	Equipes Básica de Saúde da Família
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>ESPII</b>	Emergência de Saúde Pública e Importância Internacional
<b>FCI</b>	Ficha de cadastramento Individual
<b>FCD</b>	Ficha de Cadastramento Domiciliar
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDD</b>	Índice de Densidade Demográfica
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
<b>MTST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>OPAS</b>	Organização Pan-Americana da Saúde
<b>PAERE</b>	Plano de Ação Estratégico da Rede de Ensino
<b>PME</b>	Plano Municipal de Educação
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

<b>PPP</b>	Projetos Políticos Pedagógicos
<b>PSF</b>	Programa de Saúde da Família
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PL</b>	Partido Libera
<b>PROCAMPO</b>	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura de Educação do Campo
<b>PRONACAMPO</b>	Programa Nacional de Educação do Campo
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
<b>SAP</b>	Sistema da Atenção Primária
<b>SARS</b>	Severe Acute Respiratory Syndrome (síndrome respiratória aguda grave)
<b>SEMEC</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>SIAB</b>	Sistema de Informação Ambulatória
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UNIFEM</b>	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres
<b>VIEP</b>	Coordenação de Vigilância Epidemiológica

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO O CAMINHO.....</b>	<b>15</b>
1.1 Trabalho de Campo: caminhos e desafios .....	17
1.1.1 Pesquisa documental: descobertas e aprendizagens.....	18
1.1.2 Oralidades: o espaço das memórias.....	20
<b>CAPÍTULO 2 – LUTA PELA TERRA: UMA COMPLEXA RELAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 3 – O PROTAGONISMO NEGRO NO TERRITÓRIO DE BOA VISTA DO TUPIM.....</b>	<b>28</b>
3.1 MST: Tecendo redes no território de Boa Vista do Tupim.....	32
3.2 O contexto histórico do Assentamento Beira Rio. ....	35
3.3 Dinâmica do MST no Município de Boa Vista do Tupim. ....	37
<b>CAPÍTULO 4 – MEMÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NO ASSENTAMENTO BEIRA RIO .....</b>	<b>41</b>
4.1 Vozes das memórias.....	42
4.2 O que nos revelam as memórias.....	57
<b>CAPÍTULO 5. TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS: TECENDO CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

As contradições econômicas e sociais no Brasil do século XX, como distribuição de rendas, terras, educação e trabalho, desencadearam ações coletivas que ganharam visibilidade a partir da década de 1950, com o surgimento dos movimentos sociais voltados para as realidades urbanas e rurais, revelando diversas temáticas orientadas para “questões de lutas”, em especial os ligados as ocupações dos espaços. Nesse cenário, entre as décadas de 1970-1980, os que tiveram enfoques maiores foram: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e os em defesa dos indígenas, negros e mulheres.

Nessa perspectiva, na década de 1990, o MST intensificou a luta em prol da reforma agrária no país, a partir de ações coletivas de ocupar, acampar, assentar e denunciar concentração de terras, defendendo a participação popular em todas as regiões do país, principalmente camponeses e camponesas. Dessa maneira, propôs em sua bandeira de luta, o acesso à terra de forma justa e igualitária, em favor da promoção da inclusão social, a saúde pública, valorização humana, políticas públicas que atendessem as necessidades da população rural.

Na Bahia, as ocupações do MST começaram no final da década de 1980 na região sul do Estado. Na Chapada Diamantina, elas ocorreram a partir da década de 1990 nos municípios de Lençóis, Itaetê e Boa Vista do Tupim, apoiadas por grupos da Igreja Católica pautados pela Teologia da Libertação. Nessa atmosfera, iniciou-se a primeira ocupação no município, ligada ao Movimento, às margens do rio Paraguaçu, transformando-se no primeiro assentamento dessa natureza, chamado Beira Rio, destinado à 400 famílias. Na sequência, surgiram outros ligados a Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados (CETA), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), a Associação dos Trabalhadores Rurais (ATR) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ademais, o MST por onde se instalou, provocou mudanças significativas nos territórios em que ocupou, uma vez que influenciou e alterou o modo de viver, pensar e agir das pessoas que se vincularam a ele. Por ser um Movimento de massa, de classe camponesa, de organização e concepções próprias, para nós, cientistas sociais, oriundos do campo é um desafio buscar compreender como são construídas e estruturadas as relações de gênero, raça e classe nesses

contextos, em razão do povo campestre terem vividos e/ou ainda viverem atravessados pelos discursos de dominação, inferiorização, opressão, submissão, sexismo e poder. Forças que atuaram e atuam cotidianamente sobre as mulheres, particularmente as negras.

Nesse sentido, refletir as estruturas dinâmicas inseparáveis do racismo, da xenofobia e do machismo que atingem as mulheres negras nas circunstâncias do campo, pelo cômputo de gênero, raça e classe, tem me requerido temporalmente, significativos exercícios no aguçar do olhar sociológico, no intuito de quebrar meu paradigma em torno delas, criado em mim a partir de matrizes coloniais de domínio que habitaram e ainda persistem em pulverizar os espaços que frequento, de forma velada, nas relações, disfarçadas de sentimentos, de cuidado e proteção.

Em vista disso, considero necessário revelar os caminhos que me trouxeram até aqui, os quais foram engendrados no campo, ancorados na profunda e íntima relação que tenho com as mulheres campestres, através de minha avó, tias e, diretamente aos movimentos sociais, a partir da minha mãe que, além de ter sido assentada em vida, trabalhou como Agente Comunitário de Saúde (ACS) junto ao povo desse contexto, nutrida no sonho de avançar e de que também avançássemos nos espaços formais de educação escolar, por enxergar uma possibilidade de liberdade a situação que vivíamos.

Em princípio, fui conectando-me à terra e ao território observando-as em suas próprias demandas cotidianas do cuidado das chácaras, no zelo das plantações de hortas no quintal e/ou na beira do rio em propriedades pertencentes a outros donos. Daí em diante, forjei um percurso pessoal e profissional nas relações sociais do campo, com a terra e tudo o que ele pôde me proporcionar de experiências boas e ruins. Sempre testemunhando, ora perto, ora longe, a “utopia” dos de “lá de casa” em ter um pedaço de “chão” ao vincularem-se ao MST. Além disso, ter o acesso à terra, para nós, foi um desejo ancorado em valores afetivos e, sobretudo na obstinação em tê-la, habitá-la e cuidá-la, alimentados pelo sentimento de pertença, algo inerente ao povo que brota no campo, os quais, para viver e sobreviver, precisam senti-la sob os seus pés.

E assim, iniciei um itinerário na educação de forma simplória, na zona rural, no espaço informal de uma “casa de farinha”, a partir do pouco letramento e dos recursos “didáticos” que minha mãe dispunha. A transição para o espaço formal ocorreu paulatinamente, de forma fragmentada, em ambiente urbano. De modo que, nos primeiros anos frequentei uma escola católica, cujas salas eram separadas entre homens e mulheres. Logo, mudei para outra, de

orientação protestante na qual impuseram todos os limites aos meus pensamentos. Na sequência, segui no ensino médio, interrompido por algumas vezes, o qual, só concluído tardiamente.

Na sequência, me inseri nos espaços acadêmicos, motivado pelas circunstâncias acima e as experiências como educador, em escola situadas na zona rural, a qual passou para a modalidade Educação do Campo entre os anos 2018 a 2019, no território de Boa Vista do Tupim. Como também, a necessidade de compreender as tensões de poder e domínio, gênero, raça e classe que afetavam o meu entorno, colocando em dúvidas o querer “ser ou não ser da roça”. Nessa perspectiva, iniciei a caminhada pelas ciências humanas, na Licenciatura de História. Logo depois, Pós-Graduação em Educação Ambiental, Licenciatura em Sociologia, Pós-graduação em Ensino de Sociologia, Especialização em Letras Libras<sup>1</sup>, Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica.

Na esfera profissional, atuei tanto na saúde quanto na educação. Em relação à educação, como Coordenador da Rede Municipal de Educação e, logo, docente na Rede Pública Estadual e Municipal, em escolas do campo, na zona rural, junto a um público pertencente às áreas de assentamentos de reforma agrária, ligadas ao MST, CETA e CDA. Na área da saúde, como Coordenador de Central de Processamento de Dados – (CPD) e Coordenação de Vigilância Epidemiológica (VIEP) na Rede Municipal, junto aos ACS, enfermeiro e médicos do território de Boa Vista do Tupim.

A partir dessa trajetória propus, nesse estudo, investigar o protagonismo de mulheres negras e o acesso delas aos espaços formais de educação escolar no Assentamento Beira Rio, a partir da perspectiva interseccional, estudando seus percursos e experiências no processo de escolarização. Para isso, busquei compreendê-las a partir das relações de gênero nos espaços do assentamento, analisando a participação e a divisão do trabalho em suas demandas cotidianas, bem como verificando a atuação e o papel do MST junto aos educadores e

---

<sup>1</sup>Licenciatura de História – Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC (2010). Logo, Pós-graduação em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis – Universidade Federal da Bahia – UFBA (2016), Licenciatura em Sociologia – Universidade Estadual da Bahia - UNEB (2017), Pós-graduação em Ensino de Sociologia no Ensino Médio – UFBA (2018), Especialização em Formação para Professores em Letras Libras - UNEB (2019) e agora cursista do Mestrando em Educação do Campo- Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB.

educadoras dos espaços formais do assentamento, identificando as estruturas físicas e os instrumentos de gestão escolar viabilizadores de inclusão nesse contexto.

Contudo, reconheço que não é tarefa fácil refletir e/ou debater temáticas que abranjam o campo numa perspectiva de forças sociais organizadas, experimentação social e inovações socioculturais como se apresenta o MST, sobretudo quando busca-se traçar um panorama de mulheres nos espaços coletivos e públicos de inclusão do Movimento. No aspecto de luta campesina, evidenciar experiências contidas em narrativas é muito tocante, visto que, de modo geral, ao longo da história da humanidade, negligenciaram e esvaziaram o protagonismo delas, na luta pela terra, as quais foram esgotadas em seus corpos racializados, fabricados pela escravatura na construção do campo brasileiro.

Além disso, a proposta desse estudo foi pensada e iniciada em período tenso na história da humanidade, em Emergência de Saúde Pública e Importância Internacional (ESPII)<sup>2</sup>, entre os anos 2020 e 2023, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia do (corona) vírus humano - SARS-Co V-2<sup>3</sup>. Um momento apontado pelos relatórios da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em março de 2022, como causador de grande impacto desproporcional sobre as mulheres, contribuindo para o aumento da desigualdade de gênero.

Esse fato, foi por vezes percebido e sentido de perto por mim no âmbito rural do município, especificamente nos momentos em que a educação funcionou remotamente, em relação às condições de acesso aos instrumentos viabilizadores de informações, no distanciamento e diferença no tratamento dado ao povo do campo pelos órgãos públicos durante o isolamento social imposto pelas autoridades, deixando-as descobertas de serviços essenciais de saúde, educação, insumos, entre outros. Em vista disso, também considero essa circunstância deflagradora para que eu imergisse nessa proposta, buscando evidenciar questões que me afligiram por tempos enquanto educador de escola no campo do território.

---

<sup>2</sup> Constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

<sup>3</sup> Ao todo, sete Corona vírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19.

Nesse sentido, julgo relevante trazer a discussão de gênero, raça e classe para o cenário dos assentamentos de Boa Vista do Tupim, evidenciando suas protagonistas negras, numa abrangência educativa do povo do campo, os quais representam 63% dos munícipes e onde estão localizadas 72% das escolas. Também em razão de abrir precedentes para pensar políticas educacionais, assim como rever metodologias, formações, estruturas físicas e matrizes pedagógicas adequadas ao contexto do campo, considerando as bases históricas local, a qual foram forjadas pelo povo banto<sup>4</sup>, chegados no território no início do século XX.

O primeiro capítulo: **CONSTRUINDO O CAMINHO**, apresenta as trilhas metodológicas do trabalho de campo, da pesquisa documental e oral. O segundo capítulo: **A LUTA PELA TERRA: UMA COMPLEXA RELAÇÃO**, discute sobre as complexas relações existentes entre homens e mulheres no âmbito da natureza da terra e apresenta um breve histórico da luta pela terra e reforma agrária contidas nas experiências e ações do MST nas ocupações, acampamentos e assentamentos.

O terceiro capítulo: **UMA HISTÓRIA, MUITOS OLHARES: O PROTAGONISMO NEGRO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO TUPIM**, reflete sobre as mulheres negras na construção histórico-social do município, indo além das questões que englobam os movimentos sociais camponeses que atuam no território. Além disso, traz o histórico do Assentamento Beira Rio, o contexto dos assentamentos e a dinâmica do MST local. O quarto capítulo: **MEMÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS DO ASSENTAMENTO BEIRA RIO**, revela vozes das memórias de três mulheres negras ligadas ao MST, moradoras no Assentamento Beira Rio, com trajetórias constituídas no campo, carregadas de experiências, sentimentos e transformações pessoais.

---

<sup>4</sup> De acordo com estudos, por volta de 2000 a.C., os primeiros povos chamados de bantos partiram do sudeste da atual Nigéria e se expandiram por todo o sul da África. Eram povos agricultores, caçadores, pescadores, coletores e criadores. Conheciam a metalurgia do ferro. Praticavam religiões tribais, onde grande ênfase era dada ao culto a seus antepassados. A partir do século XV, a África negra começou a ter contato com os navegadores europeus. Inicialmente com os portugueses, seguidos pelos espanhóis, ingleses, franceses e neerlandeses. As potências europeias procuravam riquezas na África, mas a principal riqueza que encontraram revelou-se cruel para os povos nativos: era o tráfico de escravos. Os escravos eram adquiridos pelos navios no litoral africano, em troca de aguardente, contas de vidro, argolas, pequenos pedaços de cobre e fumo. Muitas vezes, os escravos eram obtidos a partir de lutas entre os próprios reinos africanos. Os europeus introduziram uma nova religião na região, o cristianismo, bem como novas línguas, novos produtos agrícolas e novas formas de organização política (pt.wikibooks.org 2022).

O quinto capítulo: **TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS: TECENDO CONSIDERAÇÕES**, esboça as conclusões e opiniões sobre este estudo, o qual alimentou-se das fontes que interseccionam essas mulheres, as quais foram travessadas pela cor da pele, sexualidade, racismo, sexismo, pobreza, trabalho, distâncias físicas e sociais, desde cedo, que se desdobraram em forças motrizes atuantes em suas trajetórias.

## 1. CONSTRUINDO O CAMINHO

nenhum trabalho de campo visando delimitar os espaços onde os negros foram empurrados para charfundar após a escravidão, nenhuma homenagem a Zumbi dos Palmares, nada possibilitará ao branco interessado apreender o absurdo que há por trás dos choques de cores (MARCO FRENETTE, 2000, p. 32)

A epígrafe acima reflete minha sensação na trilha da construção desse “artefato”, o qual emprestei o corpo físico e o espiritual até a exaustão durante meses. Em outras palavras, ditas por Maria Cecília de Souza Minayo (2010, p. 31), “quem duvida que as vistas cansam, as costas ardem, a coluna dói depois de longos dias em frente a um computador ou uma pilha de livros?”. Desse jeito mergulhei nesse “labor científico”, mapeando novos caminhos, transgredindo paradigmas, os meus e outros dominantes da “ciência”, em seus modelos globais de racionalidades, princípios epistemológicos, linguagens reguladoras e regras metodológicas que controlam e administram sua produção, as quais já fui vítima.

Nesse sentido, compreendo que o discurso metodológico é um campo conflituoso e contraditório. Por isso, me ancorei em Boaventura de Sousa Santos (2008), considerando que todo conhecimento é autoconhecimento, buscando superar diferenças tão “familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual” (p. 64). Inclusive, esse estudo traz uma “pluralidade metodológica”, levando em conta que “cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada”. Além disso, para o autor, em uma fase de revolução científica “como a que atravessamos, essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão” (p. 78).

Ademais, para definir o recorte desse estudo, utilizei as lâminas da percepção sobre aquilo que sempre permeou o meu contexto ao longo dos anos e que só evidenciou a partir das lentes das ciências sociais. Em vista disso, Maria Cecilia de Souza Minayo (2010, p.33) aponta que “em pesquisa social, sabemos o quanto essas percepções sofrem influências das nossas visões de mundo, possuidoras de uma historicidade, portanto, em nada naturais”. Além de tudo, despertar os sentidos (audição, visão, paladar, tato e olfato) como métodos, teve grande influência nesse percurso, muitas vezes avançando sobre todos os outros, possibilitando sensações únicas na minha experiência em campo, uma vez que, “só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta” (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2008, p.78).

Assim, as vivências e reflexões que me levaram a elaborar a proposta desse estudo, vêm ocorrendo desde o final dos anos 1990, durante a minha atuação na Secretaria Municipal de Saúde, acompanhando e monitorando diversas ações junto aos ACS, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária, para compor o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) local, desenvolvido como instrumento gerencial dos sistemas locais de saúde. Nesse período, fui percebendo o quanto a população de mulheres negras eram maioria e possuíam baixa escolaridade, sendo que em todos os assentamentos existem escolas.

Além disso, era um cenário em que os movimentos sociais do campo, especificamente o MST, atuava de forma dinâmica no município. Nesse âmbito, as observações intensificaram-se quando me tornei educador em escola localizada em comunidade rural, cujos discentes pertenciam a assentamentos de reforma agrária e ocorria uma elevada quantidade de desistências, particularmente de meninas.

Frente a essas questões, a escolha do Assentamento Beira Rio, para esse estudo, deu-se em função de ser o primeiro ligado ao MST no território, maior em quantidade de habitantes, possuir escolas na agrovila, com as etapas de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e estar cem por cento da população coberta pelos ACS, pertencentes ao Programa de Saúde da Família (PSF). Dessa forma, foram selecionadas, entre a população assentada, três mulheres na faixa etária entre 60 e 75 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, que autodeclararam-se negras na Ficha de Cadastro Individual dos ACS, para serem entrevistadas.

A escolha pela faixa etária deu-se em razão de serem mulheres que se vincularam ao Movimento desde o período da ocupação, terem uma longa trajetória no assentamento, além de trazerem consigo outras experiências no contexto campesino, engendradas na luta pela terra no território, atravessadas por marcadores sociais da cor, da classe e do gênero. Isto é, características marcantes registradas em suas memórias que ajudaram a desenhar o panorama social aqui estudado.

Em relação à pesquisa bibliográfica e formações de chaves temáticas, os estudos vieram ocorrendo durante outras formações, sendo intensificado nesse processo, permitindo ampliar o campo de visão acerca desse estudo, além de fundamentá-lo, trazendo uma “gama de fenômenos”, além do que aqueles que poderia pesquisar diretamente. Desse modo, imergi em fontes levantadas em bancos de dados na internet<sup>5</sup> como: teses, dissertações, artigos, publicações em periódicos, anais de congresso e seminários, correspondentes as temáticas: gênero, raça e classe, no contexto dos Movimentos Sociais do Campos, especificamente do MST, utilizando descritores<sup>6</sup>, a partir da ferramenta metodológica, de caráter bibliográfico, conhecida como estado da arte ou estado do conhecimento. Assim, foi possível rastrear produções acadêmicas que respaldaram minhas reflexões, como também possibilitou lançar novos olhares acerca de limites, objetivos, caminhos metodológicos e referenciais teóricas.

### **1.1 Trabalho de Campo: Caminhos e descobertas**

Ao iniciar essa caminhada, tinha em mente que o importante seria a culminância do produto desse estudo. No entanto, no final, o que prevaleceu foi a caminhada, dado que, no processo me reconectei com minha ancestralidade, a qual estava afastado, engolido pelos círculos viciosos das demandas cotidianas. Esse fato, foi crucial para interação com a comunidade, especialmente as mulheres em questão. De acordo com Maria Cecilia de Souza

---

<sup>5</sup> Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Google Acadêmico; Revista Brasileira de Educação (ANPEd); Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA); Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN); Anais do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros; Banco de teses da revista Retratos de Assentamentos; Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia; Banco de Dissertações do PPGEDUCAMPO – UFRB e repositórios das Universidades Federais da Bahia (UFBA), Santa Catarina (UFSC) e Pernambuco (UFPE).

<sup>6</sup> “MST, gênero”, “Mulher negra assentada”, “MST, gênero e raça”, “MST, classe e raça”, “MST mulher negra”, “negra escola assentamento”, mulheres, educação, assentamento”, “MST, mulher, educação”, “mulheres negras, educação do campo”. Ademais, inicialmente, o descritor que trouxe um número considerável de trabalhos foi “MST e gênero”.

Minayo (2010, p. 63), esse processo de conhecimento empírico é “importantíssimo para quem faz uma pesquisa social. É claro que a riqueza dessa etapa vai depender da qualidade da fase exploratória”. Ou seja:

Depende da clareza da questão colocada, do levantamento bibliográfico bem feito que permita ao pesquisador partir do conhecimento já existente e não repetir o nível primário da “descoberta da pólvora”, dos conceitos bem trabalhados que viabilizem sua operacionalização no campo e das hipóteses formuladas (MARIA CECILIA DE SOUZA MINAYO, 2010p. 63)

**Foto 2 - Travessia de Balsa sobre o Rio Paraguacu**



Fonte: Willems Ian de Jesus Soares, 2022.

No entanto, nesse percurso, especificamente nas fases de idas a campo no Assentamento Beira Rio, ocorreram intervalos de meses em função do aumento de casos do covid-19, os quais oscilaram, exigindo o fechamento da comunidade por algum tempo e, conseqüentemente também a minha infecção e reinfecções entre os meses de março a agosto/2022, afetando diretamente o andamento desse trabalho.

### 1.1.1 Pesquisa documental: desafios e aprendizagens

**Foto 1- Pedra Fundamental do Assentamento Beira Rio.**



Fonte: Willems Ian de Jesus Soares, 2022

Nesse roteiro, ainda em meio a pandemia, agendei visita à Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e, com os aparatos de proteção exigidos no momento (máscara), apresentei o Plano de Trabalho a Coordenação Geral e ao Secretário Municipal de Educação. A partir daí comecei a pesquisa documental, iniciando com levantamentos de dados acerca da distribuição das Unidades Escolares no território, quantidade e formação dos professores da rede municipal, acesso e análise ao Plano Municipal de Educação (PME) e Plano Anual de Educação (PAE), focado na dimensão das

Políticas Públicas de Educação do Campo, considerando que estes instrumentos são orientadores e implementadores de estratégias de educação.

Nesse processo, utilizando as Redes Sociais (whatsApp), contatei Coordenadoras das Unidades Escolares (municipal e estadual) da zona rural, com objetivo de traçar um panorama estrutural e político da educação no município, especificamente as dos assentamentos, buscando identificar as modalidades e etapas de educação, as dimensões dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), Oficinas Pedagógicas desenvolvidas, círculos e temáticas trabalhadas nas escolas, em particular as fundamentadas nas discussões de gênero, classe e raça. De forma complementar, analisei o banco de dados do Censo Escolar e questionários dispostos no site [qedu.org.br](http://qedu.org.br). Dessa forma, a internet tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para mim.

**Figura 3 - Reunião com os ACS**



Fonte: Willems Ian de Jesus Soares, 2022

Por conseguinte, após a diminuição dos casos positivos de covid-19 no assentamento, retomei as visitas, me reunindo com os ACS e a Coordenadora da Unidade Básica de Saúde, onde apresentei a Proposta de Trabalho, o cronograma e o roteiro de visita. Logo tive acesso ao Relatório de Consolidado da Situação do Território e o Banco de Dados que compõe o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) no Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>7</sup>, nos quais obtive o quantitativo de moradores e moradoras, domicílios e famílias. No que tange a escolaridade, cor da pele e faixa etária, foi a partir das análises das Fichas de Cadastro Individual (FCI) realizadas pelos ACS junto à comunidade.

Nas etapas seguintes, segui um roteiro e agendamentos no assentamento, visitando a Associação dos Moradores, percorrendo as Unidades Escolares<sup>8</sup>, me informando acerca do quadro funcional, estruturas físicas e instrumentos pedagógicos de gestão como: currículos, regimento escolar e, sobretudo os PPPs. Considerando, esse processo necessário para traçar um

<sup>7</sup> Tem como objetivo concretizar um novo modelo de gestão de informação que apoie os municípios e os serviços de saúde na gestão efetiva da AB e na qualificação do cuidado dos usuários. Esse modelo nacional de gestão da informação na AB é definido a partir de diretrizes e requisitos essenciais que orientam e organizam o processo de reestruturação do sistema de informação, instituído o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), por meio da Portaria GM/MS Nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (BRASIL, 2021).

<sup>8</sup> Colégio Estadual do Campo Aloisio Damasceno de Jesus; Grupo Escolar Mao Tse Tung e Centro Integrado de Formação Fabio Henrique Cerqueira.

panorama em relação à composição das estruturas físicas e humanas dos espaços do assentamento, especialmente no que diz respeito a sexo e cor.

Para Antônio Carlos Gil (2002, p. 88) a pesquisa documental muito se assemelha à pesquisa bibliográfica em razão das “fases do desenvolvimento de ambas, em boa parte dos casos, serem as mesmas”. Porém, “há pesquisas elaboradas com base em documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa”, como ocorreu nos estágios de levantamentos de dados desse estudo, junto aos ACS e as Unidades de Educação do assentamento.

### **1.1.2 Oralidades: o espaço da memória**

Dentro das “metodologias plurais” utilizadas nesse estudo está a história oral a partir de três mulheres negras, assentadas, na faixa etária entre sessenta e setenta e cinco anos, considerando que, procedimentos dessa natureza trazem visões particulares, que nos ajudam a perceber “a profunda ligação das histórias de vida, suas trajetórias e vínculos. Há um número expressivo de potencialidades metodológicas e cognitivas no estudo dos relatos orais” como aponta Reginânio Bonifácio de Lima (2008, p.52).

Nessa perspectiva, a metodologia possibilitou trazer histórias e evidenciar os olhares acerca das experiências, trajetórias, assimetrias e protagonismo negro no campo de Boa Vista do Tupim. Isto significa que, a história oral trazida foi a construída “em torno das pessoas”, ou seja, aquela voltada para “dentro da comunidade e extraída de dentro da comunidade” como ressalta Reginânio Bonifácio de Lima (2008, p. 12). Além do que, segundo o autor “os métodos tradicionais falham na captura das vozes silenciadas” e, para isto:

É preciso praticar métodos, epistemologias adequadas aos subrepresentados sociais. Tanto história oral, quanto história de vida parecem orientadas a uma ciência com postura de ativismo social. A experiência vivida, relatos do vivido, a problematização da vida revelam que o mais importante da experiência social é a forma como o ator social vive os processos sociais e entendem o mundo do seu tempo. Ao escutar desvelamos a lógica oculta de certos comportamentos, podemos analisar como o ato social foi vivido e praticado pelos atores, as diferentes formas de compreensão do real, o social sentido e vivido o seu impacto sobre os indivíduos. O indivíduo é agente ativo que pode construir seu ambiente ante uma infinidade de maneiras pode resistir à pressão da sociedade (REGINÂNIO BONIFÁCIO LIMA, 2008, p. 12).

Até porque essa metodologia fundamenta-se no “esforço de recuperar a experiência e o ponto de vista daqueles que normalmente permanecem invisíveis na documentação convencional” e no desejo de fazer a história de “baixo pra cima”, como ressalta Alistair Thomson (2006, p. 75). À vista disso, tive consciência dos dilemas éticos que envolvem essa técnica, sobretudo por abranger memórias e aspectos sensíveis aos sentimentos. Nesse sentido, busquei não extrapolar as imersões das depoentes, para não criar sofrimentos. Posto que, fazer história oral significa produzir conhecimentos históricos, “científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros”. Nesse sentido, Jorge Eduardo Acerve Lozano (2006), aponta que história oral é:

Mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não se desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados. (JORGE EDUARDO ACERVES LOZANO, 2006, p.17)

Além do que, as pesquisas recentes vêm evidenciando personagens desconhecidos e silenciados por trás de “testemunha passiva”. Fator que incube nós cientistas sociais, transformarmos a “testemunha-objeto” em “sujeitos” a partir das entrevistas, “estabelecendo diálogos”, deixando de lado, nossas “curiosidades imediatas”, permitindo o interlocutor construir seu “próprio relato”, como ressalta Denièle Voldman (2006, p. 41) em suas discussões acerca dessa metodologia.

Para isso, elaborei um roteiro com questões semiestruturadas e abertas, considerando fatores envolvendo trajetórias de vidas dentro e fora do assentamento, ocupação dos espaços privados e coletivos, divisão sexual do trabalho e a percepção do ambiente em que vivem. Esta estratégia, além de ter trazido, à tona, informações minuciosas e valiosas sobre o atual contexto, contribuiu para a ocorrência de diálogos com dados subjetivos extraídos de suas memórias que só puderam ser “conseguidos com a contribuição da pessoa” (MARIA CECILIA DE SOUZA MINAYO, 2010, p. 65).

Logo, programei iniciar as entrevistas entre os meses de abril e maio/2022. Porém, devido ao aumento de casos positivos de Covid-19 no assentamento, tive que reprogramá-las para os meses seguintes, ocorrendo no período entre junho e julho/2022, em dias alternados, nos turnos da manhã. Preferência estabelecida pelas entrevistadas, devido a ida aos lotes no

turno oposto para cuidarem das plantas e criações. Nesse âmbito, optei em estabelecer os diálogos em suas casas. Fator que favoreceu a fluidez das conversas, uma vez que estavam confortáveis e seguras em seus próprios ambientes familiares e, individualmente, para que ocorresse com fluidez e tranquilidade, os quais duraram em média, duas horas e meia cada uma.

**Figura 2 - Chegada ao assentamento para entrevistas**



Fonte: Willems Ian de Jesus Soares, 2022

Antes do mais, minha chegada as casas, ocorreu mediante a agendamentos realizados pelos ACS da área. Após me apresentar, passávamos a conversas prévias, nas quais eu expunha o objetivo do estudo, deixando-as informadas acerca da necessidade de consentimentos para nomes e imagens. Em seguida, solicitei para que escolhessem um lugar que pudéssemos dialogar tranquilamente. Isto posto, fiquei atento aos lugares escolhidos, observando tudo o que as envolviam naquelas atmosferas.

Conquanto, inicialmente houve uma desconfiança em se tratar de “questões políticas”, principalmente pelas visitas terem ocorridas em um período pré-eleitoral, nas eleições para presidente, momento tenso no assentamento e, também no país, por ser uma eleição polarizada entre Luís Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT) e Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Liberal (PL). Após esclarecimentos e, a consideração da relevância do trabalho para a comunidade, abriram mão do anonimato nas entrevistas, de forma oral.

As moradias são simples, preenchidas por imagens familiares e religiosas nas paredes, porta-retratos sobre os móveis, com fotografias de parentes. Além disso, os ambientes eram inundados pelos sons dos cantos de pássaros, dos barulhos das galinhas no quintal, latidos dos cachorros e, especialmente pelo cheiro de café fresquinho, que logo me ofereciam. Esses contextos foram me conectado a elas e ao lugar, estabelecendo proximidade, facilitando a comunicação e o aprofundamento das lembranças, sob os olhares distantes e curiosos de companheiros, filhos/filhas, netos/netas e a vizinhança.

Nessa atmosfera, as emoções eram evidenciadas nas vozes embargadas, nas respirações ofegantes, na falta de palavras e nos olhares perdidos ao transporem o tempo. Isto é, pausas e silêncios, respeitados durante os diálogos. Por causa desses fatores os roteiros foram modificando-se ao longo das entrevistas, ao passo que outras questões surgiram, me levando a

outros caminhos, sobretudo por tratar-se de memórias de mulheres mais velhas, numa sociedade que muitas vezes rejeita o velho, dado que na velhice, “a lembrança se torna algo muito fluido, alguns se lembram com riquezas de detalhes e outros não”, como ressalta Reginânio Bonifácio de Lima (2008, p. 11).

Dessa maneira, as desconfianças iniciais que ameaçavam o desenvolvimento desse estudo, deram lugar as narrativas carregadas de intensidades, nostalgias, angustias, frustrações, saudades e perspectivas. Nessa lógica, Danièle Voldman (2006), aponta que quando nós historiadores realizamos entrevistas, além de utilizarmos nossas técnicas, também devemos ter em mente dois outros procedimentos “tomados como empréstimos a disciplinas vizinhas”:

Por outro lado, servir-se das contribuições da sociologia na conduta e na formulação das pesquisas; por outro lado, não negligenciar elementos da psicologia, psicossociologia e psicanálise. Para ele, não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato (DANIÈLE VOLDMAN, 2006, p. 38).

Por conseguinte, ocorreram as transcrições, as quais organizei em um campo narrativo detalhado, cujo tempo do procedimento durou em média de quatro horas cada uma, uma vez que considerei as marcas de linguagens, entonações entre outros fatores. Levando em conta que, de acordo a Chantal de Tourtier Bonazzi (2006, p. 239), “toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz, de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade”.

## **2. LUTA PELA TERRA: UMA COMPLEXA RELAÇÃO**

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores” (GERDA LERNER, 2019).

As complexas relações existentes entre o masculino e o feminino é algo intrínseco a história do povo campestre na Terra com a terra. Sobretudo para nós brasileiros, originários da colonização portuguesa, alicerçada em um sistema de exploração, à custa das comunidades escravizadas africanas, cujas marcas estão impressas no sistema sociocultural brasileiro até hoje. Logo, com a abolição, dedicou-se a integrar os negros as normas legais da sociedade da

época, transformando o campesinato brasileiro “numa variedade de formas, de um conjunto de processos identificáveis no registro histórico” e, posteriormente “diferenciado e modificado na medida em que os próprios processos sofrem transformação” (SHEPARD FORMAN, 2009, p. 13), quase que permanecendo os mesmos padrões de trabalhos.

Além disso, a história do sistema agrário brasileiro foi constituído por uma mão-de-obra variada, organizada por diferentes e complexas formas de posse da terra. O camponês, no Brasil colonial, “não estava amarrado à terra por restrições legais sobre o seu movimento, mas antes por razões de pobreza e de dependência econômica que limitavam sua liberdade” (SHEPARD FORMAN, 2009, p. 50). Historicamente, as relações “proprietários/ocupante e patrão /dependente” não se constituíram em bases feudais. Mas, dentro de um sistema capitalista. Ou seja, o camponês e a camponesa brasileira foram a mola propulsora para o desenvolvimento agrícola e para a mudança social no Brasil. Uma das características herdadas do período colonial, predominante até agora é a elevada concentração de renda e as grandes propriedades de terra, voltadas para a produção comercial.

Nesse percurso, a riqueza do rural brasileiro passou a ser medida pela propriedade de terra, que logo desdobrou-se em várias formas de poder e privilégio, não somente para proprietários, mas também os que ligaram-se a eles a partir de conchavos políticos, diante de uma massa de camponesas(es) pobres, analfabetas(os), na maioria negras(os), presos ao “sistema religioso católico formal”, insatisfeitos com o modo de vida humilhante que levavam. Nesse sentido, no Brasil:

A “fabricação do esquecimento” é feita com desenvoltura muito maior do que a encontrada em boa parte dos países europeus e os Estados Unidos. A razão é simples: dada a extrema desigualdade social, o imenso número de analfabetos e a desorganização política da sociedade civil, a elite sempre foi capaz de, confortavelmente, contar ao seu modo a história do país (JOSÉ ARBEX JUNIOR, 2004, p. 14).

Dessa maneira, as circunstâncias que delinearão o contexto do campo, acabou criando uma “elite do atraso”, com seus padrões, categorizada, estratificada dentro de um dinâmico sistema social, no qual a hierarquia tornou-se um “dogma fundamental da vida social”. No entanto, a expressão do descontentamento rural no Brasil não é um fenômeno recente. Melhor dizendo:

Movimentos de protesto têm-se repetido ao longo de toda história do Brasil. Durante

os séculos XIX e XX os cultos milenaristas e messiânicos espalharam-se pelo interior brasileiro, e grupos de cangaceiros — agora imortalizados nas canções tradicionais dos repentistas e recentes canções de protesto social — percorreram o campo brasileiro. Estas duas manifestações de descontentamento social têm sido frequentemente categorizadas como variações de movimentos sociais. No entanto, elas diferem destes, de maneira marcante, quanto à origem, forma e função. (SHEPARD FORMAN, 2009, p. 258)

Esses episódios são reflexos da relação histórica do Brasil com a agricultura, aliada as elites, as quais vêm impondo “novos caminhos” e “novos modelos de desenvolvimento”, marginalizando o setor agrícola brasileiro, com exceção as exportações, não dando espaços para a chamada “agricultura familiar, de subsistência ou voltada para mercados locais”, trazendo grandes consequências, em especial para os pequenos agricultores(as). Isto é, “desde a lei de terras de 1850, houve um casamento entre o capital e a propriedade da terra”, onde “somente os capitalistas puderam ir acumulando terra, diferente do que havia acontecido no feudalismo europeu” (MST, 2001). Além disso, foi formada por contradições políticas e desigualdade social.

No âmbito de natureza da luta pela reforma agrária no país, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir das experiências de ocupações e acampamentos de agricultores sem-terra a fazendas do Rio Grande do Sul, entre o final dos anos 1970 e 1980, oficialmente reconhecido em 1984. Enquanto movimento de “massa, autônomo, da classe trabalhadora”, trouxe em suas concepções políticas pautas em torno da organização de classe, reforma agrária no Brasil, políticas públicas voltadas para a agricultura, enfrentamentos as classes dominantes e o governo. Tornando-se um dos movimentos populares conhecido no mundo.

Dentro de sua organização, foram propostas ações para criar condições para “modificação do meio social (assentamentos), o qual implica decisivamente na conduta e na consciência da futura família assentada (MST, 2001, p. 73), as quais compreendem divisão de área, sorteio em grupo de família, processo de titulação, organização de moradia, núcleo de base, organização da produção, cooperação agrícola, especialmente a formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência.

Em suas reflexões políticas seria necessário organizar um Projeto Popular para o país, caracterizado pelas lutas de massa, não apenas debatido em ideologias “intelectuais e estéreis”, mas, estratégico, construído através das forças populares, no sentido de “reorganizar a

economia de acordo aos interesses da maioria e não apenas de um falso conceito de nacionalismo” (MST, 2001, p 25). O intuito era democratizar a propriedade e o uso de terra em benefício de toda a sociedade. No entanto, mesmo tornando-se uma referência de luta e de organização entre os movimentos sociais dentro e fora do Brasil:

Para outros grupos, o MST aparece com uma verdadeira praga a ser exterminada, um incomodo para os governos e para as elites em geral. Há também aquelas pessoas para as quais o MST é uma referência que mistura sentimento, causando sobretudo espanto, uma sensação de estranhamento e de algo não está bem explicado”. (ROSELI SALETE CALDART, 2012, p. 30).

Nesse contexto, outros aspectos a serem considerados é que o movimento em sua organicidade sempre propôs aos militantes trazerem para o debate assuntos relacionados a serviços internos, infraestrutura social, organização da produção, religiosidade, embelezamento, memória, os símbolos da luta, motivação ideológica, hábitos de saúde, lutas de massas e, sobretudo a organização da escola, a qual deve:

Vincular-se a organicidade do assentamento, preocupar-se em ajudar na solução dos problemas da comunidade, desenvolvendo o gosto pela leitura, realizando atividades culturais, recuperando a memória coletiva da comunidade e do MST, cultivando nos estudantes a místicas e os valores da nossa organização (MST, 2001, p. 95).

Além disso, a escola tem de ser no próprio assentamento, com uma biblioteca “ainda formada no acampamento para estimular as pessoas ao habito da leitura”, com professores que pertençam ao MST, formados na própria pedagogia do movimento ou “então de fora, mas com sensibilidade e disposição para se integrar à realidade do assentamento (MST, 2001, p. 96). Assim sendo, o olhar educativo do MST:

Trata-se de um olhar que focaliza especialmente as pessoas que constituem este Movimento, ou talvez seja melhor dizer, a experiência humana de constituir o MST e de participar da produção de sua identidade social, cultural, política... trata-se de olhar para o MST buscando enxergar sobretudo seus sujeitos humanos, os trabalhadores e as trabalhadoras sem-terra, ao mesmo que conseguir vê-los em perspectiva, quer dizer, na relação com o Movimento (ROSELI SALETE CALDART, 2012, p. 28).

Nesse contexto, os estudos realizados em torno das mulheres, têm jogado luzes sobre conquistas, avanços, quebra de paradigmas e transgressões, “colocando em debate não só o tema da terra, mas diversos outros que podem passar a compor uma agenda extensa, que

envolvem várias ordens específicas da passagem para a condição de assentado (LEONILDE SERVOLO MEDEIROS, 2008, p. 10). O fato é que, temporalmente, construiu-se uma diversidade de conceitos em torno de tudo que é feminino e, mesmo com todas as discussões apontando-os, ainda estão longe de serem esgotados, até porque:

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Essa concepção sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia ao arquétipo religioso da comparação com a Virgem da religião católica (JANE SOARES DE ALMEIDA, 1998, p. 18).

De certo modo, os conceitos acima foram e ainda são compartilhados a todo instante, consciente ou inconscientemente, uma vez que já fazem parte do senso comum e estão impregnados no pensamento coletivo e incorporados nas relações humanas e, conseqüentemente atuam como forças motoras dentro dos movimentos sociais, em suas “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural”, produtores de ideologias em suas estratégias de “mobilizações, marchas, concentrações passeatas e negociações” (MARIA DA GLÓRIA GOHN, 2015, p. 14). Inclusive no MST, “no vínculo que se “estabeleceu entre a terra e seus trabalhadores” (ROSELI SALETE CALDART, 2012, p. 32), o qual traz em sua “arqueologia” a atmosfera de conflitos de outros movimentos, nas diferentes formas de ação política nos espaços públicos e coletivos.

De certo modo, essas características estão presentes no lugar de onde venho. Melhor dizendo, o campo brasileiro, baiano, território de identidade Piemonte do Paraguaçu, município de Boa Vista do Tupim. Um contexto que se modificou desde os anos de 1983<sup>9</sup>, a partir da participação do povo rural nas lutas pela terra junto aos movimentos sociais do campo. Tendo maior ênfase nos últimos 26 anos, entrando para a história do MST da região centro leste da Bahia, como um dos municípios que mais assentou, buscando “superar a gritante concentração de terra existente em nosso país” e o “poderio econômico, social e político dos coronéis do campo” (JOÃO PEDRO STIDELE, 1998, p. 11).

---

<sup>9</sup> Em 1983 surge o Assentamento Canabrava na luta de terras devolutas, abrindo caminhos para a formação de frente do MST.

Nesse cenário, a luta pela terra e a chegada do MST, além de trazer novas experiências para as mulheres assentadas no município de Boa Vista do Tupim, a partir das suas práticas, influenciou demandas políticas, sociais, culturais, identitária e, sobretudo educativas, ampliado o olhar nesse contextos, até porque o MST trouxe novos elementos, como suas próprias matrizes pedagógicas. No entanto, nessas realidades, encontram-se mulheres que não tiveram acesso aos espaços formais de educação dentro dos próprios assentamentos. Isso aponta que, na luta pela terra proposta pelo Movimento, existem espaços excludentes em relação a elas.

### **3. PROTAGONISMOS NEGROS NO TERRITÓRIO DE BOA VISTA DO TUPIM**

Começo essa história com razões ditas pelo jornalista e escritor brasileiro Marco Frenette (2000, p. 62), que entre pretos e brancos, “há muito o que ser resolvido”. Também, muitas vezes somos “condutores do saber” a partir de uma perspectiva de mundo à “moda do sistema óptico da rã”, captando imagens somente daquilo que está em “movimento ostensivo” diante do nosso campo de visão. Tendo *insights* frente a essas questões apenas quando um preto ou preta se movimento em nossa direção. Logo, quando o “incomodo objeto para de se mover, acontece o retorno à apatia, sobrando tempo, novamente, para a sonolenta observação dos voos elíticos das moscas”.

Foi nessa perspectiva que um dia lancei o meu olhar despreparado, mas sensível aos problemas de ordem racial, de classe e gênero sobre o meu contexto. Hoje estou aqui, abordando esses assuntos, com os olhos marejados, sentimentos a flor da pele, eu diria, a cor da pele miscigenada, que também, em algum momento da vida ancorou em algumas vantagens por não tê-la retinta, mas nunca na superioridade em detrimento aos outros meus conterrâneos. Até porque, logo cedo, entendi a consciência de classe, no que diz respeito a classe social, “aquela que separa” e diferencia pessoas, como disse Karl Marx, da qual eu também era e ainda sou sujeito.

Nessa atmosfera, o aguçar das lentes sociológicas me fizeram ver que no percurso histórico-social do Município de Boa Vista do Tupim, existem encravações de lutas que vão além das que englobam os movimentos sociais camponeses que atuam no território, que também tem a ver com a terra. São questões históricas que atravessam a raça e a classe, ocultadas nas entrelinhas da trajetória do casal de negros Banto, Berto e Bibiana, fundadores do território,

chegados aqui no final do século XIX, onde adquiriram terras<sup>10</sup>, em um contexto caracterizado por propriedades fundiárias, herança de sesmarias, formadas a partir da expulsão de povos originários Maricás por bandeirantes em busca de ouro na região da Chapada Diamantina.

Nesse cenário, o município emancipou-se de Itaberaba em 19 de julho de 1962<sup>11</sup>, em uma atmosfera de mudanças políticas no Brasil, onde buscava-se estabelecer uma suposta “nova ordem das coisas”, desencadeando, logo depois, no golpe militar de 1964. Momento em que ocorreu no país a destruição de partidos, dispersão das ligas camponesas, prisões, torturas, com a justificativa de estabelecer a “paz social”, afetando diretamente estados e municípios.

Desde a década de 1980 que Lélia Gonzalez (1982, p.13) salienta que a junção do “estado militar, as multinacionais, o empresariado nacional” e a entrada do capital estrangeiro, deu origem ao desaparecimento das pequenas propriedades rurais, dando “lugar a criação dos latifúndios, amparadas pelo governo militar, trazendo o desemprego e empobrecimento para o trabalhador do campo, sobretudo negros e negras”. Desse jeito “a gente pode imaginar qual tipo de saída encontrado pelo trabalhador rural para fugir da miséria: o deslocamento para as periferias dos centros urbanos”.

No caso do município de Boa Vista do Tupim, o êxodo rural ocorrido sucedeu de forma diferente. Não a cargo de avanços industriais, mas da bovinocultura e pela retirada de carvão vegetal. Dessa maneira, os latifundiários iam comprando as pequenas propriedades rurais por baixos preços ou barganhando-as em troca de moradias na cidade, na justificativa de que a vida urbana era de melhor qualidade para famílias que viviam no campo, devido às questões estruturais como estradas, acesso à saúde, educação, energia elétrica, água tratada entre outros.

Em vista disso, surgiu ao primeiro lugar de segregação do povo negro no município, conhecido como “bairro dos artistas”. Uma localidade separada do centro, com estruturas insalubres para a época. De acordo com Elizabete Mendes Pinho e Cibele Pinho da Silva<sup>12</sup>,

---

<sup>10</sup> Neste período, o governo imperial concedia registro definitivo de propriedades de terras nesta região, para aqueles que, segundo a Lei de Terras (BRASIL, 1850) queiram adquirir “terras devolutas por [...] título [...] de compra”. E, desta forma eles adquiriram a área da fazenda Peixe, que tinha como limite o Caldeirão da Onça, Riacho dos Negros e Quati (SILVA & PINHO, 2017, p. 14). O registro do documento teve o Nº 54 na Jurisdição do termo da Comarca da Vila Santa Ana, atualmente cidade de Ipirá, onde anualmente Berto pagava os impostos que era sete mil réis (NOLASCO, 1987, p. 07).

<sup>11</sup> Devido as lutas e a vontade do povo, tornara-se Município pela Lei Estadual nº 1729 de 19 julho de 1962, desmembrado de Itaberaba, constituído de dois distritos: Boa Vista do Tupim e Brejo Novo e povoados de Terra Boa, Amparo, Baixio, Iguape, Santa Luzia e Macambira.

<sup>12</sup> Licenciadas em História e Sociologia.

educadoras filhas de lavradores e, atualmente moradoras do bairro, a alcunha deu-se em função dos ofícios realizados pelos residentes da localidade<sup>13</sup>. Ou seja, trabalhos considerados degradantes para a elite branca, exercidos por negros e negras originários do campo, como modo de sobrevivência, em épocas de estiagens e dificuldades de cultivos das lavouras.

Nesse sentido, Lélia González (1982, p.15) destaca que “desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca<sup>14</sup> a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados”, onde:

O lugar natural do grupo dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc. até a polícia formalmente constituída. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiço, porões, invasões, alagado e conjuntos habitacionais (LELIA GONZALEZ, 1982, p. 15).

E eu acrescento ainda, que passaram a migrar para ocupações, acampamentos e assentamentos dos Movimentos Sociais do Campo, no município. O fato é que, tanto homens, quanto mulheres negras que passaram a viver segregados na sede do município, foram explorados durante muito tempo, “fazendo todo o serviço braçal da população elitizada”, a qual, ironicamente denominou a localidade como “Bairro dos Artistas”, cujo nome oficial depois passou a chamar Bairro “13 de maio, devido à concentração de negros existentes”, como afirmam Elizabete Mendes Pinho e Cibele Pinho da Silva (2017, p. 21).

Além do mais, negros e negras tupinenses, nas primeiras décadas do século XX, não eram bem-vindos às repartições públicas do município, assim como foram excluídos dos eventos sociais, somente aparecendo de forma folclórica, nos festejos, a partir do estigma da

---

<sup>13</sup> Em Boa Vista do Tupim, os “artistas” desempenharam vários tipos de ocupações originárias deste período colonial que possibilitaram o crescimento da cidade de forma efetiva, transformadora. Os “Artistas”, descendentes africanos e fundadores deste município, com fortes traços de origem Bantos, cultivavam as suas crenças e casavam-se entre parentes próximos. Em sua maioria eram famílias que se uniam para realizar os serviços na cidade: benzedeiros, lavadeiras, pedreiros, carpinteiros, artesãos, sambadores de reis, mestre de obras, pintores, alfaiates, sapateiros, padeiros, confeitores, ferreiros, serralheiros, barbeiros, vaqueiros, latoeiros, armadores, vendedores e vendedoras em porta, marchantes, seleiros, sangradores e parteiras (NOLASCO, 1987, p. 15).

<sup>14</sup> Uma das contribuições teóricas de Lélia é o conceito “pretuguês”, termo criado para pensar a formação da identidade cultural brasileira por meio das palavras provenientes de idiomas africanos. O pretuguês reforça a beleza da fala cotidiana das pessoas simples. “Essa fala tem suas origens. Não parte do nada. Não parte apenas de uma alteração do termo. É uma alteração que tem referenciais. Tem origens na construção cultural do Brasil, que são os idiomas africanos, que vieram também, assim como foram mecanismos de resistência. Uma forma de resistência é por meio da linguagem, do idioma.” (MARCIA CRUZ, 2022).

capoeira, das religiões de matrizes africanas e, em relação ao contexto campesino, através dos sambadores e sambadoras de Reis, vindos da zona rural, para apresentações em datas específicas em praça pública. No que tange a ocupação dos espaços públicos políticos, ocorreu somente a partir da década de 1970<sup>15</sup>.

Nessas circunstâncias, há também as oportunidades de escolarização, visto que a elite branca enviava e ainda enviam os filhos para continuarem os estudos acadêmicos nos grandes centros, ficando a população negra pobre e a do campo, fora desses espaços. Assim, os reflexos desses acontecimentos pairaram e ainda pairam no pensamento coletivo da população pobre e negra, mantendo-os na naturalização das diferenças sociais, de oportunidades e mobilidade social, relegando-os a uma visão de inferioridade sobre si mesmos, em especial as mulheres campesinas, ocultadas em seus protagonismos na construção do campo tupinense e no acesso aos espaços formais de educação.

A história do povo tupinense, camuflou aspectos importantes no reconhecimento e valorização dos saberes, políticas, religiosidade e cultura dos povos africanos na construção do campo, particularmente a participação das mulheres, substituindo-os por elementos encrostados na ideia universal colonialista, operando sobre elas com conceitos equivocados de “primitivos”, “atrasados”, “inferiores”, “amorfos” e “sem cultura”. O fato é que o peso da racialização as prejudicou em todas as dimensões de sua vida pessoal e social no território.

Nesse sentido, vislumbrá-las sob o prisma do protagonismo é adotar uma perspectiva que vai além do olhar senhorial que sempre as transfixaram na cultura do silêncio por serem negras, sonegadas de suas experiências nos enfrentamentos e resistências cotidianas, É, lamentavelmente percebê-las fora da visão oficial e do reconhecimento de suas presenças na formação e desenvolvimento do território tupinense, resguardadas por mecanismos de “sistematização histórica oficial” de dominação colonial, os mesmos que “relegaram os indígenas e africanos a segundo plano, tentando confinar os homens às lavouras, ‘do lado de fora’, as mulheres ‘às cozinhas’”, como ressalta Taís Pereira de Freitas (2017, p. 33).

A vista disso, Djamila Ribeiro (2019, p. 32) ressalta que nada mais ético “do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores

---

<sup>15</sup> De acordo pesquisas realizadas por Silva & Pinho em Boa Vista, no período de 1971 foi eleito para vereador o morador do Bairro dos “Artistas”, senhor Adebardo Barbosa conhecido como “Badinho”, descendente das primeiras famílias da construção da cidade (SILVA & PINHO, 2017, p.26).

condições”. Ou seja:

Seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero ou de classe, para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (DJAMILA RIBEIRO, 2019, p. 32).

Ainda nessa lógica, a autora explicita que “as experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse certos espaços” (p. 43), uma vez que:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (DJAMILA RIBEIRO, 2019, p. 44).

No entanto, o “poder da fala”, no sentido da “visibilidade dos sujeitos”, foi sendo combatido no território de Boa Vista do Tupim por um longo período, de forma direta e indiretamente, através de discursos deslegitimadores e argumentos políticos demagógicos, baseados em matrizes de dominação e opressão, não só atingindo diretamente mulheres negras, pobres, camponesas, mas os homens também.

### **3.1 MST: Tecendo redes no território de Boa Vista do Tupim**

O início do MST na Bahia ocorreu na década de 1980, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir do I Encontro Nacional do Movimento em 1984, quando compuseram a Coordenação Nacional, a qual fez parte dois delegados baianos, que ficaram encarregados de organizar o Movimento no Estado, como revela Gismália Luiza Passos Trabuco (2008, p. 63). Iniciou sua inserção no Estado pelo extremo sul da Bahia, onde já ocorriam conflitos com posseiros e expulsão de camponeses para as periferias das cidades próximas<sup>16</sup>.

Foi um período difícil para o MST na região, pela forte resistência da Diocese e da

---

<sup>16</sup> Como Teixeira de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro, Camuruxatiba, Guanira, Prado, Brejão e Nova Deli (TRABUCO, 2008p. 63)

articulação dos latifundiários, “que utilizaram muita violência para impedir a organização do Movimento, com sucessivos episódios de despejos violentos, espancamentos, ameaças, humilhações e difamações sofridas pelo sem -terra” (GISMÁLIA LUIZA PASSOS TRABUCO, 2008, p. 63).

Assim, a partir do intenso trabalho de base, de formação política e qualificação dos novos militantes que surgiam, o Movimento foi se articulando com outras organizações (sindicatos e Igrejas), mapeando possíveis terras a serem ocupadas, adquirindo experiências, avançando nas ocupações pelo Estado e criando Regionais, pois, “na Bahia, antes de serem criadas estratégias de regionalização, os sem terras foram sendo levados pelas circunstâncias” (GISMÁLIA LUIZA PASSOS TRABUCO, 2008, p. 66 apud MAGALHÃES, 2005, p. 111), de forma desarticulada.

Em relação à Chapada Diamantina, foi criada a 4ª Regional, cujas lutas por reforma agrária, já havia iniciado no final da década 1970 a partir de outros movimentos, também marcadas pela violência e resistência dos camponeses, os quais, organizaram-se em sindicatos e avançaram na luta pela terra na região de Iaçú, Marcionílio Souza e Boa Vista do Tupim. A brigada que engloba essa áreas é chamada de Zacarias<sup>17</sup>.

De acordo a Gismália Luiza Passos Trabuco (2008, p. 72), a inserção do Movimento na região “ocorreu em 1995, a convite da Comissão Pastoral da Terra – CPT, realizando a 1ª ocupação Regional”<sup>18</sup> no município de Lençóis. Logo, passaram para outros municípios, incluindo Boa Vista do Tupim, que já havia tido experiências nos anos de 1980, com ocupação e acampamento do Assentamento Cana Brava, ligado a Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados (CETA).

---

<sup>17</sup> Recebeu esse nome como homenagem pela luta empreendida por este delegado sindical em favor da reforma agrária. Explica a ligação histórica que o Movimento busca estabelecer com as experiências anteriores de luta, na perspectiva de construir uma identidade para além da luta individual por um pedaço de terra (TRABUCO, 2008, p. 69).

<sup>18</sup> Em fevereiro daquele ano, 235 famílias ocuparam a fazenda Águas Belas, localizada a beira da BR242, no município de Lençóis [...] A desapropriação não se realizou pois o fazendeiro dividiu a área em três fazendas com proprietários distintos, descaracterizando como um latifúndio (TRABUCO, 2008, p. 72).

Atualmente, na extensão territorial do município estão localizadas 17 áreas de reforma agrária<sup>19</sup>, distribuídas em 03 assentamentos ligados a CETA<sup>20</sup>, 11 ao MST<sup>21</sup>, 01 a CDA<sup>22</sup>, 01 a Associação dos Trabalhadores Rurais<sup>23</sup> e 01 ao INCRA<sup>24</sup>, os quais apresentam características sociais e geográficas diferentes, sobretudo por alguns fazerem fronteiras com outros municípios e/ou por estarem margeados pelo Rio Paraguaçu.

De acordo com levantamentos realizados junto aos ACS a partir das Fichas de Cadastramento Domiciliar Territorial<sup>25</sup> e Fichas de Cadastro Individual estão vinculadas aos assentamentos 1.500 famílias, equivalente a 3.600 pessoas, o que corresponde a 31% da população rural do município<sup>26</sup>. Destes 51% são do sexo masculino e 49% feminino<sup>27</sup>. Muitos vindos dos municípios circunvizinhos como: Itaetê, Itaberaba, Marcionílio Souza, Iaçú, Ruy Barbosa, Maracás, Nova Redenção, Ipirá, Lajedinho e Ibiquera.

No que tange as Unidades Escolares Municipais e Estaduais, 16 estão localizadas em agrovilas, funcionando desde creches, Fundamental I, II, Médio e EJA. As agrovilas são organizadas por ruas, domicílios de tijolos, padronizados, tendo em média 7 cômodos, água encanada, fossas sépticas. Também possuem Igrejas católicas, evangélicas, variados comércios (padarias, mercearias, bares) e sedes das associações. Em algumas ocorrem feiras livres aos sábados e domingos. Destas, 03 possuem Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) composta por equipes médicas, enfermeiros, técnicos e odontólogos. As demais, possuem Postos de Saúde (PS) com técnicos de enfermagem. Todos os assentamentos possuem cobertura de 100% de ACS.

Com a chegada do Movimento, a população do campo, antes desarticulada, passou a se reorganizar em redes a medida que as ocupações foram avançando no território. Esse fator provocou o surgimento, mesmo anônimas, de inúmeras protagonistas que, de alguma forma, já

---

<sup>19</sup> O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instalados pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

<sup>20</sup> Assentamentos: Canabrava, Jabuti e Bom Jesus.

<sup>21</sup> Assentamentos: Aliança, Cambuí, Beira Rio, Peixe, Crispim, Bandeira, Barra Verde, Grotão, Santa Fé, Polinésia, São Felix e Pé do Morro.

<sup>22</sup> Assentamento Vale do Paraguaçu.

<sup>23</sup> Assentamento Torre de São.

<sup>24</sup> Assentamento Cambuí.

<sup>25</sup> Base Nacional de Dados/Portaria do Ministério da Saúde Nº 2.073, DE 31 DE AGOSTO DE 2011 – que regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informações em saúde no âmbito do SUS.

<sup>26</sup> População rural do município é de 11.398 habitantes.

<sup>27</sup> Do total de 3.588 pessoas 1.768 do sexo feminino e 1.820 masculino

vinham contribuindo para o desenvolvimento do campo e passou a fortalecer a luta do MST nas conquistas pelos seus próprios espaços. Dado que, muitas mulheres realizavam trabalhos junto a companheiros, filhos e agregados nas roças alheias, afundadas na extrema desigualdade social e exploração.

No que concerne a localização, o município situa-se no Piemonte Oriental da Chapada Diamantina, na região centro-leste da Bahia, pertencente ao Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu<sup>28</sup>. Tem como base econômica a pecuária e a agricultura. É banhado pelos rios Tupim, Paraguaçu<sup>29</sup> e pelo riacho Canoa dos Poços. O Índice de Densidade Demográfica (IDD) é de 6,40 hab./km<sup>2</sup> e o de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,551. Possui uma população de 17.991 hab., destes 50,8% são do sexo masculino e 49,2% feminino, distribuídos numa extensão territorial de 2.629,822 km<sup>2</sup><sup>30</sup>. De acordo sua população, 63% vivem na zona rural e 37% na zona urbana<sup>31</sup>, constituindo-se 90% entre pardos e negros, divididos em 4.963 domicílios, sendo 1.876 zona urbana e 3.087 rural.

### **3.2 O contexto histórico do Assentamento Beira Rio**

Nesse cenário, surgiu o Assentamento Beira Rio, formado a partir da ocupação das terras pertencentes ao Sr.º Ângelo Calmon de Sá, do Grupo Econômico, em 8 de fevereiro de 1997, no município de Boa Vista do Tupim. Era uma grande extensão de terra localizada as margens do Rio Paraguaçu. Para isso, houve uma significativa mobilização organizada a partir do trabalho de base, envolvendo a CPT, o STR de Boa Vista do Tupim e vários municípios<sup>32</sup> vizinhos, articulado com políticos locais, voluntários, como também o “apoio das estruturas das prefeituras que disponibilizaram transportes na organização das caravanas”, como destaca Gismália Luiza Passos Trabuco (2008, p. 77).

---

<sup>28</sup> No Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu estão incluídas, além de Boa Vista do Tupim, as cidades de Ruy Barbosa, Itaberaba, Rafael Jambeiro, Ibiquera, Iaçú, Santa Terezinha, Itatim, Lajedinho, Piritiba, Macajuba, Tapiramutá, Mundo Novo e Miguel Calmon.

<sup>29</sup> O rio Paraguaçu é o responsável pelo abastecimento de água do município, sendo um rio perene que atravessa o município com 80kmz de extensão, enquanto o rio Tupim e o riacho da Canoa são temporários,

<sup>30</sup> Limita-se com os municípios de Iaçú, Ibiquera, Lajedinho, Itaberaba, Itaetê, Ruy Barbosa, Marcionílio Souza e Andaraí.

<sup>31</sup> 11.398 hab. na rural e 6.593 na urbana.

<sup>32</sup> Arregimentação de famílias nos municípios de Itaetê, Marcionílio Souza, Planaltino, Maracas, Andaraí, Itaberaba e Boa Vista do Tupim.

**Figura 3 - Praça do Assentamento  
Beira Rio**



Fonte: Willems Ian de Jesus Soares, 2022

**Figura 4 - Praça do Assentamento  
Beira Rio**



Fonte: Willems Ian de Jesus Soares, 2022

Desse modo, começaram as ocupações no território, seguidas pelos acampamentos. Ou seja, são ações que antecedem ao assentamento e é a entrada principal na luta pelo movimento, o momento em que todos os envolvidos tornam-se “companheiros” e passam a constitui-se como uma “identidade sem-terra”, adquirindo modo próprio de ser, de pensar, de se organizar. À vista disso, a desapropriação de Beira Rio, passou a ser um marco nas ocupações do MST no município, dando origem a outros assentamentos.

O assentamento dista 58 km da sede do município. O acesso é por estrada de chão ou travessia de balsa sobre o Rio Paraguaçu que banha as suas terras em 7 Km na divisa com o município de Iaçú e Marcionílio Souza. Abrange uma área de 11.029,000 ha, destinada a 400 famílias, em lotes individuais de 19 ha. A emissão de posse ocorreu em 3 de novembro de 1997. A população atual corresponde a 1.173 moradores<sup>33</sup>, sendo 51% do sexo feminino e 49% masculino, distribuídos em 498 domicílios na agrovila, compondo 428 famílias. Perfazendo, em linhas gerais, 33% da população que vive em assentamentos no município e 10,2% da população rural.

A agrovila é estruturada por ruas parcialmente calçadas, domicílios de tijolos, padronizados, com 7 cômodos, água encanada, fossas sépticas. Possui padarias, mercearias, bares, oficinas mecânicas, 01 Igreja católica, 03 evangélicas, 01 Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), ligada a Rede Municipal, composta por 01 médico, 01 enfermeira, 02 técnicas, 01 odontólogo e 05 ACS. No centro há uma praça onde ocorrem feiras livre aos domingos. Quanto aos espaços formais de educação estão: 01 creche, 03 escolas, atendendo a Educação Infantil e Pré-escola<sup>34</sup>, 01 Ensino

<sup>33</sup> Do total de 1.173 pessoas no assentamento, 598 são do sexo feminino e 575 masculino.

<sup>34</sup> Grupo Escolar Mao Tse Tung, possui 03 salas de aula, funcionando no turno vespertino, com turmas de Educação Infantil e Pré-escola, compostas por matrículas de 43 discentes (Matrículas: sexo feminino: 25 - Masculino). Frente a direção está 01 diretora. O quadro docente é formado por 67% de mulheres (Docentes e Coordenadoras: 02 negras, 01 branca e 01 coordenadora negra) e a coordenação 100%.

Fundamental I – anos iniciais e II - finais<sup>35</sup>, 01 Ensino Médio e EJA<sup>36</sup>, além da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais.

### **3.3 Dinâmica do MST no Município de Boa Vista do Tupim.**

A chegada do MST no município, mexeu com as estruturas políticas, sociais, geográficas e evidenciou o protagonismo do povo camponês nas lutas pela terra a partir das suas ações nas ocupações, acampamentos e assentamentos. Esse fato provocou, tanto em homens quanto em mulheres, reflexões, percepções acerca do modo de vida e o lugar que ocupavam nesse contexto. Nesse sentido, Émile Durkheim (2009) interpretava a percepção como um modo de transformação social e, naquele período, a comoção indicava a ocorrência de mudanças irreversíveis, tanto internas quanto externas, na realidade daquele povo.

Nessa perspectiva, o MST, de forma ativa nas suas formações de militância, passou a reconfigurar os indivíduos acerca de suas identidades, colocando-os diante de significativas questões sociais do campo e assuntos intocáveis há décadas no território, particularmente os relacionados a terra e aos direitos de homens e mulheres garantidos na Constituição Federal (CF)<sup>37</sup>, quebrando estigmas disfarçado de políticas, engendrada pelos grandes latifundiários, que poucas vezes apareciam e, mesmo de longe, ditavam as regras no município.

Nesse sentido, a questão agrária tornou-se um assunto importante de discussão no território, colocando em evidência os objetivos do Movimento, sobretudo o seu papel formador, já que trouxe consigo a perspectiva de reforma agrária, ancorado em bases legais, como a CF,

<sup>35</sup> O Centro Integrado de Formação Fábio Henrique Cerqueira funciona na etapa de Ensino Fundamental de 9 anos, nos turnos matutino e vespertino. Constitui-se de 6 salas de aula (12 sanitários, 01 biblioteca, 01 auditório, 01 cozinha, 01 secretaria, 01 almoxarifado) e atende a matrícula de 167 discentes (100 discentes do sexo feminino e 67 masculino.). Frente a direção está 01 diretor. O quadro docente é formado de 42% de mulheres (Quadro docente. Sexo feminino: 05 negras - Masculino: 03 negros e 02 pardos) e a equipe pedagógica (02 Coordenadoras Pedagógicas: 01 negra e 01 parda) 100%

<sup>36</sup> Ensino Médio, o Colégio Estadual do Campo Aloisio Damasceno de Jesus, opera na etapa de Ensino Médio, modalidade de ensino Regular e EJA. A infraestrutura é composta por 02 salas de aula (A infraestrutura é composta por 02 salas de aula, 01 laboratório, 01 biblioteca, 04 banheiros, 01 sala de direção, 01 sala de professores, cozinha, banheiros.) e funciona nos turnos matutino e vespertino com turmas do 1º ao 3º ano e no noturno 01 turma de EJA. Encontram-se matriculados 102 discentes. A frente da direção está 01 diretor. O quadro docente é composto por 57% de mulheres (O quadro docente. Sexo feminino 01 negra, 03 pardas – Masculino: 02 negros, 01 pardo) e a coordenação pedagógica 100%. Sendo que, somente o diretor e a coordenadora são efetivos do Estado (Os docentes trabalham sob Regime Especial de Direito Administrativo.

<sup>37</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."(NR) - **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 90, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015**

nos princípios de justiça social e promoção do desenvolvimento rural, no Estado Democrático de Direito, com objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, “justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” como ressalta Hialely Carvalho Aranha (2013, p. 7).

Nessa expectativa, o povo tupinense se engajou fortemente nas ocupações e acampamentos, sob a organização MST, pautados na concepção política na luta pela reforma agrária, combatendo o capitalismo e a acumulação de terras (MST, 2001) no território. Esse fato trouxe ao município famílias de vários lugares, engrossando a massa que buscava transformar suas realidades no contexto do campo. Isso inclui também o retorno de grupos periféricos urbanos, com raízes no campo, que haviam migrados, impulsionados pelo mito da oportunidade socioeconômico.

Certamente, as dinâmicas do Movimento na retomada de terras pelo país, as ações, métodos de organização, formação, fortalecidos através das místicas, das simbologias, hinos e bandeira, criou um ambiente de renascimento junto aos tupinenses, tornando a figura do MST contagiante, por tocar “em valores muito tensos e próximos de todos nós, o direito à terra, por exemplo, porque sua luta se expressa em gestos, símbolos, marchas, celebrações, música e cultura”, como revela Roseli Salette Caldart (2012 p. 17). Logo, o Movimento tornou-se um símbolo de contestação no município, ganhando força junto à população rural e urbana, dando origem a várias ocupações que posteriormente transformaram-se em 17 áreas de reforma agrária. Assim:

Do chapéu de palha das primeiras ocupações de terra ao boné vermelho das marchas pelo Brasil, os Sem Terra se fazem identificar por determinadas formas de luta, pelo estilo de suas manifestações públicas, pela organização que demonstram, pelo jeito de ser, enfim, por sua identidade (ROSELI SALETE CALDART, 2012, p. 48).

Além de tudo, fez com que o município saísse da “coadjuvância” em uma região mundialmente conhecida como a Chapada Diamantina<sup>38</sup>, para protagonizar sua própria história junto aos movimentos sociais do campo, evidenciando “novas” e “ressignificando” outras identidades ocultas, particularmente mulheres negras camponesas, que frente a uma nova proposta de educação apresentada pelo Movimento, baseada na formação humana e no processo

---

<sup>38</sup> Chapada Diamantina é uma região de serras, protegida pelo Parque Nacional, situada no centro do estado brasileiro da Bahia, onde nascem quase todos os rios das bacias do Paraguaçu, do Jacuípe e do Rio de Contas.

histórico do povo do campo, puderam vislumbrar a possibilidade em acessar os formais educativos antes inacessíveis. Contudo, na perspectiva de formação do MST, educar não é apenas frequentar os espaços formais, mas também, utilizar o Movimento “como uma ferramenta de superação das contradições que o processo possa trazer”. Ou seja, “deverá ser compreendida como um método de acompanhamento do assentamento, uma formação em movimento” (MST, 2001, p. 92).

Nessa dinâmica, a partir das minhas experiências como educador junto as discentes e moradoras de assentamentos, particularmente mães, avós, tias, entre outras, observei que as mulheres passaram a olhar o MST tentando enxergar o que lhes faltaram ao longo de suas trajetórias na vida do campo. Ou seja, buscaram ancoragens em expectativas na melhoria de qualidade de vida, especialmente para suas numerosas famílias no tocante a alimentação, moradia, saúde e escolas para seus filhos. Dessa forma, muitas passaram a atuar de forma eficiente nas tomadas de decisões coletivas do Movimento, juntas aos seus parceiros, mesmo ainda tendo um reconhecimento tímido acerca do seus protagonismos no contexto.

Por consequência, a atmosfera criada pelo MST no processo das ocupações, as transformou, visto que “o ato de ocupar a terra – que eles chamam de cortar o arame – é a pedra de toque do movimento. É o batismo de fogo para o militante, uma parte essencial da sua identidade”. Além disso, “desempenha papel-chave na mística, o momento do teatro coletivo e da formação do mito que marca o início de todos os eventos do MST”, como afirmam Sue Branford e Jan Rocha (2004, p.99).

Desse modo, o Movimento aguçou um “novo” modo de ser ver na “roça”, uma vez que estimulou a criticidade dos discursos marcados pelo latifúndio, “parente da escravidão”, que estigmatizaram e as mantiveram nos subempregos durante anos, ora nas plantações das roças, outras de domésticas e babás nas sedes das fazendas, nas casas dos “patrões” nas cidades. De certa forma, para Roseli Salete Caldart (2012, p. 32) “esse panorama deu a elas outras dimensões simbólicas que talvez tenha a ver com a própria força mística da relação do ser humano com a terra”.

Também, de acordo com os relatos de mulheres que fizeram parte da organização das primeiras ocupações no território, moradoras do assentamento Beira Rio, a proporção em que aumentavam as ocupações e acampamentos no município, crescia a necessidade de coordenadores, técnicos e planejadores para assumir tarefas pertinentes a organização. Foi

quando muitas mulheres tornaram-se ativas, ganharam força e destaque junto aos assentamentos no município, mesmo que ainda estivessem condicionadas aos companheiros e as rotinas cotidianas, visto que “participar de uma ocupação é um enorme passo para uma família rural pobre, reconhece o líder sem-terra João Pedro Stédile”, destacado por Sue Branford e Jan Rocha (2004, p.99).

No entanto, ao passo que foram sendo assentadas, essa dinâmica diminuiu. Hoje existem nos discursos um saudosismo daqueles momento, especificamente no período em que romperam e retrabalharam “certos padrões ou certas tradições presentes naquele chamado modo cotidiano” do campo, como ressalta Roseli Salete Cardart (2012, 43). Muitas atuam agora nas duplas ou triplas jornadas de trabalho. De acordo Mari A. Eleusa da Mota e Maysa do Carmo de Paula (2012, p. 76 apud BOGO, 1999, p. 146), no MST isso não é diferente, a mulher se dedica ao trabalho na “produção e na militância, e ainda assume a maior parte ou todo trabalho doméstico. E na maioria das vezes não recebe nada pelo seu trabalho e não participa das decisões políticas e econômicas”.

Na atual as circunstâncias dos assentamentos no município, percebe-se que ainda há um domínio masculino, particularmente nos discursos em relação aos lugares das mulheres na sociedade. Para as autoras acima, “as relações de gênero vão se reproduzindo na sociedade por meio de instituições e de instrumentos, entre eles a escola” (MARI A. ELEUSA DA MOTA; MAYSA DO CARMO PAULA, 2012 p. 72), eu acrescento a igreja, a família e, paulatinamente nos próprios setores do Movimento. Por isso, nessa luta, a participação das mulheres se faz relevante, “além de ser um direito pela igualdade com os homens. Estes, então, vão lhes cedendo lugar, às vezes mais por interesse de aglutinação de forças do que por consciência de igualdade de gênero” (p. 76).

O que chama atenção é que, desde o início da criação de políticas do MST, sempre existiu um setor para lidar exclusivamente com as questões de gênero, por reconhecer a importância de participação das mulheres em sua organização. No entanto, ele foi mais atuante no território em tempos atrás, já que recentemente, tenho presenciado constantes conflitos entre homens e mulheres, em torno do domínio político e acesso aos espaços de poder, tanto dentro quanto fora dos assentamentos no município.

#### **4. MEMÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NO ASSENTAMENTO BEIRA RIO**

Quando imergimos nas experiências humanas a partir das memórias, percebemos que os espaços são grandes “construtores” e “detentores” delas e estas, grandes conservadoras destes em nós, operando de várias formas. Nessa perspectiva, Elizeu Clementino Souza (2007, p. 63), aponta que “quando invocamos a memória, sabemos que ela é algo que não se fixa apenas no campo subjetivo, já que toda vivência, ainda que singular e autorreferente, situa-se também num contexto histórico e cultural”. Além disso, “é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura”.

Dessa maneira, considerando esses argumentos, imergi nas memórias de três mulheres negras ligadas ao MST, moradoras do Assentamento Beira Rio, buscando compreendê-las em seus protagonismos, em suas trajetórias na relação com o campo, evidenciando, também, barreiras que as impediram o acesso aos espaços formais da educação. Para isso, utilizei a lupa sociológica, somada a outros elementos sensoriais para transpô-las em suas narrativas e chegar no que as palavras não são capazes de traduzir, por estarem confidenciados nas profundezas das lembranças, sobretudo quando se é mulher, velha, negra e do campo.

Em vista disso, provocá-las na perspectiva de seus percursos e experiências no processo de escolarização, vai além de querer vê-las inseridas e reconhecidas em um ambiente formal educativo no território. Mas, também, tirá-las do anonimato e ascendê-las no “mundo real” enquanto mulheres negras dentro do processo histórico de formação da sociedade tupinense, particularmente em seus papéis significativos na atuação das insurgências do povo camponês no município.

Aqui estão Maria Olga, 64 anos, Tereza Palmeiras, 72 anos e Jozina Lopes de Jesus, 76 anos, cujos braços “servis”, além de terem rasgado terras para os mandatários da região, romperam cercas e seguiram as “vozes da marcha pela terra”, rescrevendo suas trajetórias junto ao MST no município de Boa Vista do Tupim. Ou seja, mulheres, que com o tempo, foram sendo desarmadas pelos mecanismos de opressão, os mesmos que agora atuam sobre suas faixas etárias de várias maneiras, “algumas explicitamente brutais, outras tacitamente permitidas, que destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial”, como aponta Marilena de Souza Chauí (1979, p. 24 apud, BOSI, 1979, p. 23).

Nesse percurso, levei em conta o tempo histórico de cada uma, considerando que as memórias estão ligadas diretamente as suas experiências na vida cotidiana, armazenadas nos rincões das lembranças, evidenciadas em suas trajetórias pelo tempo sofrido do trabalho no campo. Para João Alexandre Barbosa (1979, p. 15 apud BOSI, 1979, p. 15), “sem a memória do trabalho a narração perderia a sua qualidade épica”. Além disso, não estou aqui buscando uma “verdade” genuína, até porque a história e a memória são engendradas no tempo, a partir das relações sociais. Inclusive, ao buscar interpretá-las, tenho em mente não só a coexistência social, mas referências que andam juntas como: “o tempo, a memória, o lugar e a história em suas pluralidades conjunturais”, as quais dão origem, mesmo que de “forma fragmentada e tensa, as identidades de homens e mulheres lembrantes”, como afirma Reginaldo Bonifácio de Lima (2008, p. 77).

Ainda, as lembranças trazidas aqui, apoiaram-se não somente sobre as delas, mas também sobre a dos outros, mesmo que nos acontecimentos apenas elas estivessem envolvidas. Em razão disso, considera-se que as memórias “podem fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento” como ressalta Michael Pollak (1992, p. 200). Dessa forma, pressuponho que o engendramento entre acontecimentos, personagens e lugares, diz muito sobre circunstâncias reais e concretas, especificamente quando envolvem gênero, raça e classe. Componentes muito presentes nos assentamentos de reforma agrária de Boa vista do Tupim.

#### **4.1 Vozes das memórias**

O início desses diálogos deram-se de forma tensa, tanto para mim, na preocupação em manter o tom certo, confiável e seguro, quanto para elas em tentar dar as respostas esperadas e adequadas para o que eu queria. As entrevistas foram realizadas em momentos separadamente, iniciada com a pergunta em relação à cor da pele, como autodeclaravam-se. A primeira entrevistada foi Maria Olga Bispo Moreira, 64 anos. Sem hesitar, respondeu que era negra, pois “*meus pais era negro! Eu me considero uma mulé negra!*”. A segunda, Tereza Palmeiras, 72 anos, após uma pausa, timidamente respondeu: “*Laranja, cor de formiga!*”. Porém, preocupado de não ter compreendido a pergunta, refiz novamente, perguntando-a como se autodeclarava,

logo respondeu: *“Branca não! Eu não sou branca, né? Vixe! Se minha família tudo é negra como é que não me considero negra meu irmão?”*.

Já Jozina Lopes de Jesus, 76 anos, a terceira, após longo silêncio, reflexiva respondeu: *“Parda! Tá no meu documento!”*. Nesse momento, achei que as perguntas com ela acabaria ali, uma vez que o estudo estava direcionado a mulheres negras. No entanto, observei certa tensão em sua face. O olhar distanciou-se de mim, fixou-se nas fotos da parede, transportando-a no tempo. Respeitei o silêncio, refiz a perguntando e me respondeu: *Não! No documento é parda, agora eu tenho certeza que sou negra! Ela<sup>39</sup> lá quando mim registrou, mim procurou sobre a minha mãe... sobre minha avó e me registrou parda!*. Disse que havia sido registrada já adulta e que descendia de uma mistura de *“índio e negro”*, ou seja;

Fonte: Willems Ian de Jesus Soares, 2022.

*Me registrei já grande! Quem foi registrá foi eu mesmo meu filho! Ela me procurou da onde vêi a minha vó. Porque... deve ser que minha mãe morou muito tempo em Boa Vista e eles sabia da descendência dela... conheceu a minha vó! Minha avó é índia. Minha avó foi achada criança nas mata de Valença. Primeiro acharo a carniça de uma mulher. Ai os caçadô chegou na cidade, conversô com as autoridades. As autoridade ordenou que eles continuasse caçano. Quando eles chegou lá alguma coisa correu. Fizero um circo, quando viu foi um criancinha, aproximadamente três ano! Correu deles e escondeu ne um oco. Eles pegou, trouxe para casa. Ai ficou: um cria, outro cria! Meu avô era tropeiro de Ruy Barbosa por esse mundão ai de Valença. Quando chegou lá pela primeira vez, viu essa criança chorano atrais da porta. Ela era muito braba. Tinha medo de gente... tava chorano e a mulher que cuidava dela xingano! Meu avô pediu arrancho nessa casa a boca da noite... e essa menina sem roupa! Cabelo sem pintiá e essa mulher só xingano! Ele não podia falá nada, não fez nada. Amanheceu o dia ele foi embora. Com um mês ele tava lá de novo. Nesse tempo que ele viu ela, se muito tivesse era cinco anos! Quando ele foi que voltou, trouxe essa menina e entregou pra madrinha dele. Essa madrinha... eu não sei se minha avó tinha cinco anos! Entregou para essa madrinha. Ai quando ela completou os catorze anos ele casou com ela (Jozina Lopes de Jesus).*

Nesse sentido, ao abordá-las acerca dos preconceitos sofridos em suas trajetórias por serem mulheres negras viventes do campo, mostrando-se imprecisas. Segundo Maria Olga, se aconteceu em algum momento da sua vida, *“até o momento nunca percebi! A não ser que vai acontecê de hoje em diante!”*. Tereza não soube explicar e Jozina não *“lembra se ocorreu!”*.

---

<sup>39</sup> “Ela” a qual se referiu foi a funcionária do Cartório de Registro Civil que a atendeu no dia em que foi registrar-se já adulta

Em relação às origens, todas relataram terem vindas de contextos camponeses, nascidas em famílias de lavradores, numerosas de irmão, de pais e mães sem escolaridade. Também evidenciaram infâncias difíceis no aspecto econômico, uma vez que seus grupos familiares residiam e trabalhavam em terras pertencentes a outros donos. Em suas trajetórias, relataram experiências de trabalho em centros urbanos, devido às dificuldades econômicas locais, umas mais cedo, antes de casarem, outras depois. Sendo que, ao retornarem ao campo, continuaram a morar em várias fazendas no território, e ao “casarem”, continuaram prestando serviços, em busca de melhores condições de vida, com companheiros e filhos.

Nessa conjuntura, Maria Olga relatou ter nascido na comunidade rural de Machado Portela, município de Marcionílio Souza. Teve uma infância sofrida, sempre trabalhando no campo com sua família. Após casar, enfrentou grandes dificuldades econômicas, passando a trabalhar para os fazendeiros da região em busca de sobrevivência, pois, naquela época já tinha oito filhos, sendo que, ao chegar no assentamento teve mais quatro. Segundo ela, a quantidade de filhos e a dificuldade de sobrevivência foram fatores que os trouxeram até o assentamento. Assim explicita:

*Vim de lá, porque a gente tinha muitos filho! Oito filho! A gente não tinha um lugar pra trabalhar pra sobreviver. Trabalhava pro fazendeiro. Era muito sofrido. Além de trabalhá era difícil na época pra dá educação, alimentação... Tudo era difícil! mesmo trabalhano era difícil! A gente chegou até aqui... tem 25 anos! Eu vi praqui com quarenta e cinco dias que tinha tido o caçula. Ai sofri muito porque, além de tudo, tava dano mama uma criança com quarenta e cinco dias. Aqui na época tinha muito capim. Vadim Cama de Vara é de Boa Vista e morava aqui no assentamento. A gente pegava capim no chão e ia vender pra ele pra podê sobreviver. Os maridos saia pra trabalhá lá fora. Agente ficava aqui com um rebanho de criança. Assim, na época, eu sentino medo! Medo e coragem ao mesmo tempo, né?! (Mari Olga).*

Atualmente, moram com ela o “filho caçula e o velho (companheiro)”, pois todos foram embora em função da falta de trabalho na região e no assentamento. Segundo ela, “dois meus atrás tinha treze pessoa dentro dessa casa!” em função da pandemia, mas “já saíro pra trabalhá!”.

Em relação à Tereza, disse ter nascida no município de Boa Vista do Tupim, ou seja: “nasci e mim criei dentro da roça... nessas fazenda ai pra dentro! Nois toda vida trabalhou ne roça!”. Além disso, foi criada pela mãe, pois “meu pai largou minha mãe. Eu tava com idade

*de dois ano... ela grávida de uma menina!”*. Quando cresceu, casou-se e foi morar no município de Itaetê *“nas propriedade dos outro!”*, sempre trabalhando no campo, onde teve treze filhos, dentre os quais *“dez home e três mulé. Morreu três e criou dez! Sete home e três mulé. Hoje nenhum mora comigo. Dois mora aqui dentro do assentamento, um casal, que hoje é pai de famia e mãe de famia!”*. Segundo ela, a motivação da partida dos filhos deu-se devido à falta de trabalho na região, sobretudo no assentamento.

A respeito de Jozina, também nasceu no município de Boa Vista do Tupim, isto é, *“olhe! Eu nasci em Boa Vista! Mais minha mãe morava mais meu pai na Fazenda Morrinho. Dos Morrinhos nos vêi praqui. Eu tinha aproximadamente quatro ano! Quando meu pai mandou minha mãe embora eu tinha uns seis ano!”*. Porém, ainda nova, saiu da localidade e foi tentar a vida em Itaberaba e Ruy Barbosa, logo indo parar em Salvador, no intuito de ajudar a família, sempre trabalhando como doméstica. Ao retornar para o território, casou-se e teve três filhos, os quais também partiram. Segundo ela, *“está assentada aqui”* tem um significado especial, pois *“era fazenda quando eu morei aqui em criança!”*. Em continuidade relatou:

*Chamava Fazenda Tapera! Meu pai botou roça aqui nesse lugá. E, indo para meu lote, eu passo vizinho a estrada onde tinha uma das roça! Os barros da minha casinha de taipa tá lá, a piinha! (Reflexiva). Minhas lembrança tão lá! Então, daí das Três Lagoas nois fomo morá nos Calderão, perto de Boa Vista. Dos Calderão fomo mora em Ruy Barbosa. De Ruy Barbosa, eu com 15 anos... porque antes disso eu já ajudava minha mãe na roça, né? Com sete anos eu já tava aprendeno cozinhá na casa das pessoa de Ruy Barbosa. Com quinze ano fui para Salvador. Ai morei cinco anos em Salvador. Voltei e vim para Itaberaba. Sempre tabalhano de doméstica! Ne setenta e seis me casei! (Jozina).*

Ao lembrar do casamento, Jozina fechou-se e esboçou uma profunda expressão de melancolia. Pediu que déssemos uma pausa e me disse que havia feito um peixe para almoçarmos, pois já estava dando meio dia. Sugeri que tomássemos água e continuássemos no embalo das conversas, pois, depois almoçaríamos com mais tempo. Continuando, relatou ter sofrido muito nesse processo por causa da bebida do seu companheiro. Por isso pediu o divórcio e passou a viver sozinha. Aí relatou:

*Ai pronto! Só fiquei quatro mês de felicidade... Já foi só clamô! Sofri Muito! Não*

*apanhei porque não sou mulher de apanhá. E Deus também é o protetor que viu que eu nunca erre pra mim apanhá, né? Mais ele não tinha nada com isso, tanto fazia ele berbê como não. No dia que ele dizia que era para todo mundo entrá na pancada, ele queria bater! (Jozina).*

No que tange a ocorrência dos vínculos com o MST, Maria Olga declarou que a sua ligação foi a partir de convite realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para uma ocupação de um terreno as margens do rio Paraguaçu, no dia 8 de fevereiro de 1997, no município de Boa Vista do Tupim. Porém, no período não pode participar por estar parida recente, só chegando quarenta e cinco dias depois. Segundo ela, mesmo com medo, atravessaram o rio na balsa e passaram a organizar os barracos. Assim dizendo:

*O Movimento? Eu conheci foi assim: a gente estava lá em Machado e mandaram pessoas ligada ao sindicato avisá! Falaro que ia ter essa ocupação. Eu mesmo, no dia, eu não vim... No dia oito de fevereiro eu não vim! Quem veio foi ele, porque eu tava parida de muito novo. Eu vim depois de quarenta e cinco dias. Só que é assim: A gente veio sentino coragem e medo, porque quando chegaro do lado de lá da balsa... essa balsa tava trancada! Rebentaro esse cadeado, passaro pro lado de cá. Foi todo mundo fazê barraco! Foi chagano pessoa de Maracas, de Santo André, de Boa Vista mesmo... de todo lugar! O que mim trouxe pra cá na época... A gente viemo por que, como que lhe disse lá atrais, trabalhava pro fazendeiro. Então, a gente não tinha um pedacinho de terra pra podê trabalhá e criá os filho... na época que nois chegou aqui foi muita fartura! Sofria, mais com a cabeça mais sossegada, mais leve! E ainda teve os obstaque, né? Tem a doença! Eu sofri muito com o marido tuberculoso, com o filho de calazá e uma filha que tem probrema de coração. Quando chegamo aqui, precisemos passa por seleção. Sentemo naquele galpão ali (apontou a direção), o pessoal do Incra chegou e feis a seleção. Eu sou o chefe da famia! Sou eu mermo, pai e mãe! A titulação do lote é no meu nome! (Maria Olga).*

Além de tudo, abriu-se uma nova perspectiva de vida para ela, pois anteriormente trabalhava na “roça! Estocava. Capinava pro fazendeiro! Carregava madeira pra fazê calvão pra eles vendere! Eles só queria prontinho. Tudo isso eu já fiz... rocei de foice, enxada! capinei! E até hoje, tou com sessenta e dois anos, mais enquanto eu tivé aguentando vou tá na roça!”. Ainda assim, disse que não tinha medo de trabalhar, “pegá na foice, no machado!”. Pois, agora:

*Tenho uma rocinha de água irrigada! Eu tenho meu porco, meu coentro, minha alface. Lá em tenho tudo! Não é porque eu tou idosa hoje que eu não posso fazê alguma coisa. Não vou dizê que vou pegá sete horas como antigamente e arriá cinco da tarde, uma vez que precisava de tempo pra cuidar de um filho, de um neto! Hoje eu já tenho quatro bisneto. E agradecê a Deus, né? Por esse momento! (Maria Olga).*

Nessa dinâmica, Tereza declarou também que, antes, sua família trabalhava nas terras de fazendeiros na localidade de Terra Boa, no município de Boa Vista do Tupim, “*sempre com roça! Não tinha outra profissão!*”. Conheceu o Movimento a partir de um parente que morava na região e procurava pessoas para integrarem as ocupações coordenadas pelo MST no território. Portanto, o companheiro foi primeiro, enquanto ela aguardava o momento da ida com os filhos. No início passaram por dificuldades, mas não foi um problema, uma vez que quando casou a situação já era difícil. Nesse sentido relatou:

*O Mst, nois não conhecia! Um sobrim de João... nesse tempo eles morava aqui na Terra Boa, nessas mata ai pra dentro. Ele trabaiava numa fazenda, empregado. Apareceu o Movimento aqui na Serrania, pra la de Terra Boa. Ai ele foi lá. João dessa vez tava trabaiano no campo. Ele foi lá chamá João e caçá umas pessoa pra mode vim. João saiu do trabaio, chegou em casa e mim falô: O que tu acha? Eu digo: se fô da vontade Deus eu aceito... tu ir e eu ficá com as criança trabaiano na roça! Porque quando casei, casei na crise, ontonce eu já não ignorava mais nada nessa vida! Ele vêio eu fiquei em casa mais os menino. Desde o início que tou aqui. Primeiro fomo pra Serrania. O Incra não achou o documento da Serrania. Foi em Andarai para sabê se encontrava lá o primeiro dono. Eles não achou! Juntaro o povo, fizeram uma reunião lá e falaro pro povo vim aqui para sabê se eles se agradava par ficá aqui. E caso não se agradasse ficava na Barra Verde, porque tava tendo movimento la e aqui. Passamo por muita seleção meu irmão! Preferimo fica aqui! (Tereza).*

No que tange a Jozina, antes de ser assentada “*trabalhava em qualqué roça lá em Boa Vista! Cortava madêra pra vendê! Eu já carreguei até caminhão de tóro (madeira)!*”. Segundo relatou, conheceu o MST em 1997. Estava passando por um momento difícil na vida, a casa alagada em virtudes das fortes chuvas e todos da casa dentes. Então, “*um dia de domingo, já no meio da semana, todo mundo em casa deu febre naquela enchente de 97. Deixei mãe com meu*

*marido que eu tinha nessa época e ai nois viemos!”*. Visivelmente emocionada, voz embargada, continuou: *“quando chegou aqui, nos panhamo pro mato, mermo debaixo de chuva, pra tirá palha pra fazê o barraco. Deus ajudou que essa febre foi embora e nois feis uma chocanhazinha!”*. Quando via falar do MST:

*Eu nem sabia como era pra conseguí um pedaço de terra. Só via e assistia pela televisão, né? Se eu tivesse tempo de assisti, porque quando eu morava na Boa Vista, eu era um moleque macho! Até caminhão de madêra eu saia para ir carregá. Caminhão quebrava, chegava meia noite. E eu não sabia dessa ocupação aqui. Era meu sonho... quando eu era pequena, por onde eu andava eu chorava pra vim praqui pra essas terra! Ai minha mãe dizia assim: só se tu casá com um vaqueiro de lá da Tapera! Quando falava em casamento eu não gostava, nera? Ai é que eu chorava mais! Eu dizia: Não quero casá não! Eu quero morá lá na Tapera! Na Lagoa da Mumbuca! Que era o lugá que a gente morava! Cada local aqui tem um nome! Ai quando é esse dia, eu com febre, meus menino com febre... quando foi umas oito hora da manhã, Orlando Preto chegou lá em casa e falou: D. Josina, faça o favor! Eu cheguei e ele disse: a senhora não quer ir para Beira Rio não? Eu perguntei o que era que tava acontecendo em Beira Rio. Ele respondeu: ocuparo lá, tá com oito dias hoje. Tá precisano de gente que quisé pegar terra. Eu: Mais é pra ir que hora? Ele disse: Tem que ir agora! Já tinha ocupado, mais ia ter a seleção de quantas pessoa... que naquele tempo era pra ser seiscentas pessoas, mais não tinha certeza ficá, como não ficou, né? Ele disse: a caçamba já tá ali na saída do baixio para ir. Eu digo: O pior que tou com febre! Eu e meus filho tá com febre! Tava serenano. Ele disse: Rumbora que todo mundo na gabina... eu tenho meus meninos que mãe não pode tomá conta! Ele disse: Vai todo mundo! Saiu catando... assim ligeirinho as coisa! Ele correu veio avisá pra esperá mais um pouco. Foi assim que nois veio pará aqui! (Jozina).*

Quanto a divisão de trabalho no assentamento, Maria Olga declarou que o tempo dela é organizado de forma que dê para cuidar da casa na agrovila e as “coisa” do lote. Por exemplo, *“se eu ir pro lote quarta, quinta e sexta, aqui fica abandonado. Então, eu tenho que acordá bem cedo, fazê o que eu tenho de fazê e ir pra lá fazê alguma coisa! E, se eu tirá a semana pra ficá lá também, o daqui se acaba!”*. Assim, alguns trabalhos são divididos entre ela e o filho caçula, em razão do companheiro não ter mais forças para lidar com essas questões. Ou seja:

*Eu vou mais é com o filho caçulo! Meu marido, na época que ele tava forte ele ajudava. Hoje só eu e o filho! As veis quando eu quero ir pra roça, mais se eles tão trabalhano, eu não vou porque nessa idade não vou pra roça sozinha! E hoje não tá de uma mulher ficá sozinha num lugar, né?!. Mais mermo assim vamo! Nois dorme por lá. Nois é quem faz nossa cerca. É que estica nosso arame. É que cava os buraco. É que fais tudo! Nas tarefa da casa o filho ajuda! Todo mundo panha uma lenha, varre uma casa, lava uma roupa. Então é uma ajuda! Antigamente, quando não tinha água a gente ia pro rio e todo mundo ajudava lavá roupa. Tem que ter ajuda! Até porque se eles não ajudá não tinha como mantê eles. Então tem que todo mundo fazê uma coisinha! Criei eles nesse ritmo. Saia pra roça e falava com eles: Você vai varrer a casa! Esse vai lavá prato! Antigamente não tinha fogão a gás. Não tinha água encanada. Bem pouco tinha enérgia, era no lampião. Outa hora vela de cera, né? Mais hoje é que o povo tá tudo criado com mordomia! Tem luz, água encanada, televisão. Antigamente era pouco aquele que podia tê um rádio !! Hoje eu acho perigoso ficá sozinha no lote. É porque antigamente não existia o que existe hoje! Qualqué pessoa podia ficá numa casa, numa roça. Podia ficar ali sozinha... podia dá o arrancho a qualqué pessoa! E hoje as pessoa se sente com medo! (Maria Olga).*

Já Tereza, conta com a ajuda do seu companheiro e do filhos mais velhos. No que tange aos afazeres domésticos da casa na agrovila disse que é “*sozinha e Deus!*”. Quanto ao lote, antes “*criava porco! Mais como eu fiquei aqui, adoeci e os menino não deixou eu ficá mais no lote*”. Por isso, o companheiro “*fica na roça e eu aqui. Ele cuida lá eu aqui!*”. Isto é:

*Ele cuida das galinha e duas cabecinha de gado! Não tá aguentano mais lutá! O fii mais véio é quem toma conta lá. Ele tem um lote perto do nosso. Eu não vou no lote todo dia. Daqui pro nosso lote é duas légua. Pra eu adiquirí carona pra lá, tenho que saí daqui seis hora. Tem hora que eu acho carona, mais tem hora que acho já chegano no lote! Tem dias que vou e durmo de um dia pro outro e dias que no mesmo dia que vou eu venho (Tereza).*

Em relação a Jozina, por morar sozinha, divide o tempo entre o lote e a casa na agrovila. Segundo ela, “*um dia tou aqui outro dia tou lá! Como ontem eu fui, deixei comida suficiente e ração pros meu cachorro! Porque agora lá só tenho meus cachorro, um cavalo, uma égua e quatro galinha. Foi o que deixaram!*”. Em relação aos trabalhos, em tempos atrás, pagava alguém para ajudá-la. Em outras palavras:

*As véis pagava uma pessoa! Hoje, de uns anos pra cá não acho que dê um dia. Então, o que eu pudé fazê eu faço! O que não posso tá lá! Meus filho tão longe. Para ir morá sozinha lá eles fica preocupado. Eu acho perigoso ir morá sozinha lá! Vou e volto. Acho perigoso porque muita casa já foi robada. Na minha roça mesmo já roboaro galinha... abriro minha casa! (Jozina)*

Em relação às produções dos lotes, Maria Olga esclareceu que não vivem dessa renda, pois só tem lavoura “na época da chuva!”. Isto é, “a gente não tinha água rigada! Hoje temos, graças a Deus! Mais antigamente, tinha que esperar a chuva!”. Além disso, tanto ela quanto o companheiro, estão mais tranquilos porque hoje, “temos nosso dinheirinho todo meis certinho da aposentadoria! Mais antigamente era difícil!”. Para ela, o que contribuiu para a migração dos mais jovens, inclusive seus filhos, foi a falta de trabalho remunerado no assentamento. Ou seja:

*Não tinha condições dos jovês sobrevivê aqui! Porque? Porque aqui não tinha trabalho pra eles. Temos tudo aqui na mão, mais não tem uma atividade que envolva os jovês. Então, tem que saí pra trabalhá fora para sobrevivê. Até porque se eles ficá só com pai e mãe, eles não vãi tê nada pro futuro! Aqui não tem renda nenhuma pra eles... se tivesse uma fábrica de sapato, uma cerâmica, que incentivasse eles trabalhá... uma reciclagem! Então tinha como sobrevivê. A maioria vai embora hoje por isso! (Maria Olga).*

Nesse sentido, Tereza alegou que quando era para ajudar os grupos na comunidade não recebia dinheiro. Porém, concordava que muitos precisavam sair, sobretudo filhos e filhas de assentados, pois, “aqui é que nem qualqué canto, a gente sabe que é difícil trabaiaá, né?”. E assim, “uns esbanjou pra São Paulo, outros para Cascavel... pra esses canto! Aqui só quem aguenta mesmo quem é aposentado ou tem a bolsa famia!”.

No entanto, para Jozina os mais jovens poderiam viver no assentamento tranquilamente se caso quisessem ajudar, pois “vai embora é porque gosta!”. Acrescentou ainda que “nos lotes se plantá colhe! A terra é boa!”. Todavia, mesmo com uma opinião favorável, assumiu ter trabalhado fora para complementar a renda familiar, soprando mamona nas fazendas vizinhas, “Era muita gente que eu criava! Então naquela época só minha mãe tinha aposentadoria e eu não podia usufruí da aposentadoria dela. E se precisasse, né? Então para mim mantê eu tinha

*que trabalhá!”*. Inclusive, o mesmo serviço *“que eu fazia, eles lá de casa fazia! Até que decidi sair. Fôro pra outros lugá trabalhá. Muita gente que mora aqui fais trabalho fora!”*.

Em comparação as condições de vida antes de chegarem ao assentamento, Maria Olga ressaltou que mesmo com todas as dificuldades *“melhorô muito! Graças a Deus! Não tá mais aquela vida sofrida... eu sofri muito pra criá esses filho!”*. Quanto a melhora na vida dos filhos, respondeu: *“Melhorô um pouco hoje! Mermo assim, cada um procurô o meio de mantê o seu trabaio. O dia que não acha... porque diarista, hoje acha, amanhã não acha, né? Mais os que tão aqui tem dificuldade. Não tem trabalho pra todos!”*.

De acordo a Tereza, a melhora foi *“cento por cento!”*. Ressaltou ainda que passou a enxergar o mundo de forma diferente, ou seja, *“hoje agradeço a Deus! Tanto miorou a vida dos meus fii que tá aqui dentro, tanto dos que tá fora!”*. Para Jozina, as melhorias foram significantes, até porque ter um pedaço de terra era seu maior sonho enquanto lavradora. Segundo ela, *“daqui só saio quando deus me chamá. Eu nunca é de pensar vendê meu pedaço de chão!”*. Quanto a vida dos filhos, *“foi aqui que eles veio aprendê a ter uma atitude. Aprendeu muito! Feis curso de liderança!”*.

Em relação aos obstáculos encontrados por serem mulheres negras morando no assentamento, Maria Olga, evidenciou que há situações em que *“um não qué respeitá o próximo!”*. Além disso, *“aqui nem tudo é pra todo mundo! De maneira nenhuma!”*. Em sua opinião, as questões de igualdade no assentamento não funcionam. Ela julga que seja em função da *“politicagem!”* que divide a localidade, como também exclusões, uma vez que grupos são formados para distribuição diferenciada de *“coisas escolhida pra sicrano e beltrano”*.

Quanto ao desempenho nos espaços coletivos, atuou como Coordenadora de Núcleo de Grupos e foi vice-tesoureira da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento. Porém, depois da experiência, só quer mesmo ir *“lá fazer alguma coisa caso tenha necessidade! Não quero mais fazê parte. Eu ajudo qualqué coisa que precisa! Já me fizeram convite pra voltá... Gostava do meu trabalho, mais eu falei não!”*. Até porque, viaja muito a Salvador para acompanhamento médico e, *“justamente possa sê que um dia tenha uma reunião, uma precisão e não estaria presente!”*.

Do ponto de vista de Tereza, os obstáculos foram mais nas questões estruturais, principalmente no processo de ocupação e acampamento, pois quando chegou: *“sofri! Não te nego não! Porque ninguém não tinha êra nem bêra, só tinha Deus! Ninguém podia sair pra*

*tabaiá, João não podia saí pra trabaiá, porque tinha que ficá aqui*". Pois, enquanto o companheiro garantia o lote, ela ficou com os filhos em Itaetê. Relatou nunca ter ocupado função direta no assentamento, mas participa *"toda vez que tem reunião!"*.

No tocante a Jozina, as dificuldades foram mais nos aspectos pessoais, desde quando passou a viver sozinha. Fato que, segundo ela, a limitou e dificultou o seu afastamento dos afazeres domésticos e cotidianos, para acompanhar as formações, que pudessem *"ajudá a trazê informação aqui pra dentro do assentamento!"*. Além do mais, *"não posso abri mão de tá lá no lote. Tem os cachorro que são meus amigo!"*. Segundo ela, caso não fosse isso, estava no mundo *"passando como é bom a pessoa ocupá um pedaço de terra de um rico!"*. Quanto a atuação no assentamento, foi fiscal da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento. Em razão disso, as *"veis o pessoal fala pra mim sê presidente, mais eu não quero! Isso não quero porque, por mais que se fais, não tem valô. E pela minha idade, vou me contrariá e vai incomodá a minha saúde!"*.

No tocante a escolaridade das entrevistadas, Maria Olga relatou ter estudado *"bem pouco! Estudei até a quarta série a pulso, porque tinha que trabalhá pra sobrevivê! Naquela época a gente não tinha corretamente alimentação. Então tinha que trabalhá! A escola era longe! Morava na roça!"*. Porém, após já assentada, tentou dar continuidade aos estudos, mas desistiu em razão de ter que *"cuidá de casa, de filho, de roça, e estudá ao mesmo tempo não dava!"*. No que tange a escolaridade dos filhos acrescentou que: os *"meus menino estudou! A Beatriz estudou, se formou... a Êde e o Iago, se formaro aqui mermo! Nem todo mundo concluiu"*.

Para ela, os impasses das mulheres mais jovens em continuarem os estudos no assentamento, vem da falta de credibilidade nelas mesmas, somado ao desinteresse, para depois vir as questões cotidianas na lida da casa com filhos, dos companheiros e problemas de saúde. Ou seja:

*As vês, tem mulé que não acredita em si! Mermo que tivé, algum obstaque, elas tem que ir lá e fazer que é pra mostrá que é capaz! Eu mermo, se eu senti que algum tá me olhando com preconceito ou que fala em palavra, ou que olhe, eu vou lá e vou fazê que é pra mim amostrar eles... não vou brigá! não vou discutí... Nada! Tem muita mimina, que as vês não trabaiaa, fica em casa. Tem delas que não ajuda nem as mãe, porque eu conheço umas assim! Então o que tá levando a juventude hoje é o desmatelo. Não quiere a escola, não quiere o trabaio, não quiere nada! Só quiere vivê*

*mermo disfrutano na rua e pronto! Um pai e uma mãe hoje tem que incentivá os filhos estudá! No caso das mais véia, tem muitas que diz que tem casa pra cuidá, tem problema de visão. Tem essa questão! Outras se senti que pra elas assim tá bom. O casamento, tem muitos que impede, viu? Porque a gente não ta sabeno realmente o que tá acontecendo. Muitas mulé não coloca a questão por que sente medo. Aqui dentro do assentamento não é diferente de lá de fora.!* (Maria Olga)

Quanto a Tereza, disse não ter escolaridade, pois o tempo que frequentou escolas, não foram suficientes para que aprendesse a “*lê e escrevê!*”. Na juventude tentou estudar a partir da ajuda de um parente, mas logo interrompeu e foi embora para o estado do Paraná, trabalhar e ajudar a mãe a criar os irmãos. Para ela “*era um sacrifício tão ruim! Sabe que fui criado sem pai tem hora que nem tinha tempo de estudá!*”. E assim relatou:

*Tio Chiquim arrumou uma mulé pra botá nós pra estudá! Nois tava estudano, mais com quatro mêis, nós saiu do estudo e foi para Paraná. Você sabe que o sofrimento do Paraná não é brincadeira, né!? Nois levou seis ano no Paraná, no sofrimento! Ontonce, ela me matriculô numa escola lá. Mais nós chegava da roça... saía três horas da manhã pra roça! Chegava cinco da tarde. Eu arrumava a cozinha e deixava arrumada pra ela mais minha irmã e aí eu ia pra escola! Chegava onze horas da noite. Dormia aquele sonin! Três horas tornava levantá. Ai eu falei: mãe eu não aguento essa vida! Ai eu fui e sai da escola. Depois nois vêi embora de vorta aqui pra Bahia* (Tereza).

Ainda relatou que, no contexto do assentamento, tentou recomeçar os estudos algumas vezes, ou seja, “*depois que eu cheguei aqui, estudei ainda umas três vêis! Apareceu uns estudo pros adulto ai eu entrei. Mais, a gente quando cai pra idade não tem mentalidade pra estudá mais não!*”. No entanto, hoje ela se arrepende, na medida em que considera o estudo fundamental para ter acesso as “*coisas*” e, também quem tem alguma “*leiturinha, que tem argum sabezim, vai buscá argum benefício pra nós!* Mais você sabe que hoje as coisa só funciona com sabedoria. Eu não tenho inveja de nada no mundo, mais a leitura eu tenho!”. Com relação aos filhos, explicou que somente as meninas concluíram o Ensino Médio no assentamento, pois os meninos desistiram, em função de terem que sair para acompanhar o pai nos trabalhos fora do assentamento. Isto é:

*Dois se formou... as duas mininas se formou! Agora, os mininos... o resto não se formou! Porque na mesma da hora que tava na escola o pai dizia: Oia, peguei um trabaio ali no Mucambo... e vai tudo! Levava um meis, três sumana e vortava! Ficava ai. Estudava uma sumana. Pegava um trabaio na Paraguaçu, tornava ir. Mais a luta do dia a dia, na mesma da hora que tava estudano... eles estudava de manhã! Eu deixava eles quatro aqui e ia pra roça mais o pai. Outra hora João arrumava um trabaio, saia pra longe e eles ficava com as menina aqui. As vês de manhã ia pra roça, quando era três hora eles vinha, estudava. No outro dia fazia o mermo. As meninas achou oportunidade pra se formar aqui dentro. E agradeço a Deus que era meu sonho. Mais os menino home nenhum! Saíro pra trabaia pra se mantê! (Tereza).*

Quanto às dificuldades de mulheres continuarem os estudos no assentamento, segundo ela, se o assentamento continuasse oferecendo a modalidade de “*estudos para os idoso, talvez a gente podia tê aprendido, quando nada ao meno meu nome! Se aparecesse uma escola aqui pra idosas, aquelas que se interessava estudá, eu acredito que elas vorta estudá!*”. Acerca das mais jovens, ressaltou que, por algum tempo, achou não ter impedimentos, já que as matrículas estavam disponíveis a todas. Porém, durante suas experiências nas tentativas de retorno aos estudos, afirmou ter presenciado situações de ciúmes entre casais. Melhor dizendo:

*Quando eu estudava ai dentro, eu achava que não tinha dificuldade, porque aquelas que queria ir eles matriculava! As que não queria ir...no ponto do marido e fii impedí as mulé de estudá, eu acredito que não. Agora teve uma época que estudei numa sala aqui dentro, que a nora ensinava nós bem. Mais depois ela passou a vaga pra mãe. O fii, era ciumento demais. Ele impedia que ela isse a escola. Quando ela ia ele tinha que tá na cola! Você sabe que a gente idoso, quando vai pra sala de aula estudá a gente já vai com cerimonia, né?! Já fica acanhado e as pessoa fica assim na cola da gente, oiando pra cara da gente... um dia cheguei e falei: Oh! se tu viesse nos ensiná, eu ficava muito agradecida, mas cuma tu não vem ensiná, quem vem é tua esposa, fica lá! Trais ela, torna vortá pra trais! Ele ficava sentado no cantinho olhano pra nossa cara. A gente já táva com cerimonia, mais com cerimonia a gente ficava! Ontonce você vai escuiê em deixá, largá ela ai você vortá ou você não vem mais aqui, deixa ela sozinha na sua casa! Eu sei que desse meio ele desistiu. Não vêi mais e não deixô a esposa vim! (Tereza).*

A respeito de Jozina, relatou que, em relação aos seus irmãos, somente ela foi mais longe nos estudos, visto que eles tentaram *“mais não aprendeu nada! E a única que passou da quarta série foi eu! A vida da gente foi muito sofrida. Passamo muito fome, muita nudeis! E fomo muito espancado... Muito!”*. Depois de assentada, afirmou ter tentado dar continuidade aos estudos no Eja, mas *“a luta era muita! Tentei várias veis. Me matriculei e estudei um pouquinho! Oh meu Deus! Era meu sonho ser formada! Era meu sonho eu sê polícia! Sê uma grande... vaqueira, gerente!”*. Em relação aos filhos, *“estudaro! Mais nenhum chegou ao ponto de se formar, porque eles mesmo não quis. Porque eles estudava e trabalhava. E ai eles decidiu não estudá!”*.

Quanto às dificuldades das mulheres continuarem estudando no assentamento, atribuiu a *“preguiça”* e a *“falta de interesse”*. Até porque, muitas mulheres mais velhas, assim como ela, quando tiveram a oportunidade, matricularam-se e estudaram. Além disso, ela não enxerga empecilhos posto por algumas mulheres em relação a companheiros, filhos e a rotina da casa. Isto é:

*No caso das mais novas, umas mães fala, que não quiere estudá por preguiça! Outras porque querê andá pra cima e pra baixo em passeio e elas não pode fazer nada! Nois mais velha, a gente já estudou. Mais marido, filho, trabalho de casa não impedi. Eu acho que não! Com quem eu estudei não me falaro isso. Porque aqui já teve gente que não deixava a mulé estudá. Nem sequé fazer um exame. Mas esse povo foi embora! Depois da pandemia não vi falá mais nos estudo pra nois. Mais tinha bastante gente que estudava. Disse que esse ano mesmo ia ter, não teve. Antes foi por causa da pandemia, né? Até que eu esperei! (Jozina).*

No que concerne a participação em cursos, palestras e oficinas no assentamento, com temáticas relevantes para elas, Maria Olga salientou que sua última participação ocorreu há muito tempo, pois, atualmente não são mais comuns como antes. Acrescentou ainda que, mesmo na eventualidade, evita participar por sentir que as mulheres não são mais unidas como antigamente. Tornaram-se inseguras, não acreditam em si e estão mais individualistas, assim dizendo, *“parece que a gente não acredita em si própria! Hoje todo mundo se vira! Cada qual por si! Não tem mais o que tinha antigamente. Antigamente eles vinha, fazia reunião pra falá qualqué coisa. Hoje samo nois mermo!”*.

Para mais, lamenta a falta de ajuda profissional e/ou alguém que se proponha auxiliá-las no encorajamento dos grupos de mulheres, especialmente na orientação de formações e oficinas específicas de crochê, chapéu de palha, costura, artesanatos entre outras. De acordo seus relatos, as mulheres:

*Já vou colocar eu, parece que não se sente segura quando chama pra fazê alguma coisa! Não tem coragem de uní pra fazê um grupo de oficina de crochê, de esteira, de chapéu, de qualquer coisa... de custura! Essa insegurança é porque falta a questão da ajuda. Temo que ter uma pessoa profissional pra podê chegar e ajudar! (Maria Olga)*

Segundo ela, esses descréditos, partiram de boatos negativos disseminados tanto por homens, em tentativas de boicotá-las em seus projetos, quanto das próprias mulheres que não acreditam em suas potencialidades. Á vista disso continuou:

*Temos um grupo de mulher, que a gente tentou fazê uma associação e ai interferiro outras pessoa! Não foi nem pro lado nem pro outro, tá entendeno? Porque nois mesmo tinha que buscá o que nois queria! Fazia uma associação. Nois registrava ela e apresentava em algum órgão público pra gente podê se melhorá! Que fosse de custura, de doce, de crochê, no que fosse! Só que quando começa unir déis, ai vem mil lá de trais e diz que: isso aqui já fez! já foi feito! Isso aqui já teve! Só pra desanimá a gente, entendeu? (Maria Olga)*

Nessa perspectiva, Tereza destacou que, quando chegou ao assentamento, existiam grupos de mulheres direcionados para diversas formações, envolvendo desde as lideranças de base, militantes e dirigentes até oficinas de artesanatos, hortas, crochê, entre outros. Isto é:

*As primeira veis que nois chegou logo praqui, fizeram ai um bocado de grupo. Apareceu grupo de todo jeito ai dentro: artesanate, horta... era tanta coisa qui dentro! Eu andei participano de vário! Nois ainda botou umas feirinha de roupa ali embaixo! Não foi nada a frente. Pra nois mulé aqui não saiu nada. Ontonce, dessa época pra cá, só era fazeno reunião! Eu não participei mais de nada. Eu já tou enjuada de tanto lutá de tanto bataiar e a gente não vê resultado pra nois. Só dano resultado pros outro! (Tereza)*

Nessa circunstância, Jozina relatou que tem participado de cursos fora do assentamento e que, as palestras ocorridas na localidade, vem na maioria a partir da Equipe de Saúde da Família, através da enfermeira com temas variados sobre saúde. Inclusive, no Dia Internacional da Mulher *“esse ano ainda teve. O pessoal do Mst veio falá sobre... uma palestra sobre essas coisa!”*, mas como acontecia regularmente antes, não. A ocorrida esse ano foi uma exceção, com pouca adesão das mulheres. Inclusive ela não participou.

No que diz respeito as perspectivas de futuro vivendo no assentamento, de modo geral, desejam soluções pensando nem tanto nelas, mas na permanência da “juventude”, uma vez que quando partem para outros lugares, além do distanciamento dos familiares, ocorre o esvaziamento da localidade e a descontinuidade do campesinato na região. Nesse sentido, Maria Olga deseja *“que melhore! Não tanto pra mim, mais para a juventude. Que não possa sair daqui pra São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, porque tem meus neto, birneto, tem tudo ai. Que chegue uma vida melhó pra eles. Que não passe o que passei”*

Para Tereza, *“só penso em sair daqui pro cemitério. Já tenho a minha terra. Só agradeço a Deus por isso, pra ele abri meu olhos, meu coração... e me mostrou o passo bem dado que eu sai de lá e vim praqui.* Jozina lamenta a descontinuidade e a interferência política no assentamento, desejando que dias melhores venham para dá-las ânimos, principalmente as mais jovens em continuarem a manutenção da luta pela terra no município.

#### **4.2 O que nos revelam as memórias**

Gradualmente, as memórias antes desconfiadas, foram revelando mulheres negras em uma atmosfera carregada de sentimentos, experiências e transformações pessoais, mas que ainda silenciam e hesitam no repouso da dúvida em tona da cor da pele. Além da interpretação comunicada em suas falas, essa percepção também estava presentes no não dito, nas hesitações, nos silêncios, nas repetições desnecessárias e nos lapsos que compuseram seus discursos e relatos (DANIÈLE VOLDMAN, 2006). Nesse sentido, Neuza Santos Souza (2021) ressalta que, emocionalmente, para essas mulheres reconhecerem-se negras numa sociedade, a qual viveram, de classe predominantemente branca e ainda elaborar um “discurso acerca de si mesmo” é:

Viver experiências de ter sido massacradas em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetidas a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (NEUZA SANTOS SOUZA, 2021, p. 46).

Inclusive, as incursões realizadas em suas memórias, pouco trouxeram acerca de elementos que as colocassem em um cenário de reconhecimento e pertencimento a uma identidade de ancestralidade. Em vista disso, Neuza Santos Souza (2021, p.47) acrescenta ser complicado para elas se livrarem da “concepção tradicionalista” que as definiu “econômica, política e socialmente inferiores e submissas, e não possuindo uma concepção positiva de si mesmas” e das suas ascendências, uma vez que é no contexto familiar o lugar primeiro onde “se cuida de arar o caminho a ser percorrido, antes mesmo que o negro, ainda não sujeito, a não ser o desejo do Outro, construa o seu projeto de chegar lá” (p. 68).

Além do que, suas memórias evidenciaram o velamento dos preconceitos e discriminação em seus contextos, engendrados nos marcadores sociais de gênero, sexualidade e raça, apontando para uma naturalização dos atos, tendo em vista que, em seus relatos não souberam fazer uma análise crítica dos já sofridos. De acordo Silvio Almeida (2018, p. 25) a discriminação tem como requisito fundamental o poder e é “um processo histórico, político e estrutural, onde o racismo decorre da própria estrutura social”.

Esse fato, mostra também como os elementos que formam os sistemas arbitrários de privilégios de classe, raça, sexismo e cisheteronormatividades operaram sobre elas de diversas maneiras, naturalizando o processo social de produção de desigualdades em seus contextos desde cedo, circunstanciados pelos aspectos econômicos, estruturais, sociais, matérias, abandono paterno, exploração de trabalho, que, também, sublinharam suas vidas adultas, após casarem, terem filhos, tendo que sair de suas localidades em direção a centros urbanos e fazendas no território, em busca de melhores condições de sobrevivência.

Nessa perspectiva, esses perfis femininos negros, pouco se reconhecem vítimas desse sistema opressor o qual foram submetidas, o que não as isentam dos relatos de sofrimento e dificuldades durante a vida. Além de tudo, são pouco lembradas e/ou referenciadas na história de construção do município, sobretudo no protagonismo do campo, na luta pela terra. Isto significa que estão interseccionadas pelos eixos identitários que articulam o sexo, a classe e a cor, os mesmos que ao longo da história do território, geraram níveis hierárquicos, vantagens,

discriminação, pobreza, desigualdade social e exploração. Ou seja, mulheres “vítimas das colisões múltiplas do capitalismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado, imperialismo” e todas as opressões “construídas heterogeneamente”, como afirma Carla Akotirene (2018, p. 18).

Nesse âmbito, além de terem sido atravessadas por opressões, também sofreram e sofrem o peso das matrizes discriminatórias que atuam sobre suas idades, ou seja, etarismo que cruzaram e cruzam gerações, desconstruindo e definhando as mulheres negras idosas camponesas. Nessa perspectiva, ancorada na vanguarda de Sojourner Truth, Carla Akotirene (2018), aponta que:

Raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga de patrões e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não-emprego, expropriadas; e de geração infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patrões – querem, como se faltasse vontade própria, e o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo (CARLA AKOTIRENE, 2018, p. 22).

Para essas mulheres, de acordo com suas memórias, a quebra de paradigmas em suas trajetórias ocorreram quando se integraram ao MST, na década de 1990. As ocupações tiveram papel importante na ressignificação de suas vidas, em razão de ultrapassarem as bolhas sociais que as mantinham, com suas famílias, presas a égide política partidária e oligárquica no município, a qual as excluía, distanciava e demarcava os seus espaços no território, interceptando-as no “trânsito das diferenciações, sempre disposto a excluir identidades e subjetividades”, como destaca Carla Akotirene (2018, p. 26).

Além de tudo, para elas, as experiências junto ao Movimento tiveram importância no aspecto político, porque as colocou nas pautas e debates sobre reforma agrária, uma vez que, na organização destas questões, a atuação delas tornou-se decisiva para “a abertura de portas”, sobretudo nas reivindicações, onde “movimentam a maioria das mulheres e os demais membros das famílias em torno das diversas ações a serem construídas”, como aponta Iara Milreu Lavratti e Luciana Dos Santos Ferreira (2015, p. 4)

Desse modo, ao lembrarem-se dessas questões, tocaram em sentimentos profundos, uma vez que mexeram em realizações almejadas durante suas vidas, que envolveram famílias, como foi a conquista da terra. Inclusive, falaram de êxitos, os quais as colocaram diante de uma “nova” perspectiva de quem também têm direitos e que podem exercê-los enquanto ainda estão

vivas, tocando “em valores muito tensos e próximos de todos nós, o direito à terra, por exemplo”, sobretudo “porque sua luta se expressa em gestos, símbolos, marchas, celebrações, música e cultura” (ROSELI SALETE CALDART, 2012, p. 17).

Dessa maneira, as vozes antes silenciadas, passaram a ocupar espaços de decisões coletivas. Nessa perspectiva, Djamila Ribeiro (2017, p.64) ressalta que o falar não se restringe “ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *lócus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência”.

Todavia, no que concerne a divisão de trabalho, continuaram realizando duplas jornadas, nos cuidados das casas na agrovila e finalizando a tarde, com as criações e hortas nos lotes, às vezes ajudadas por companheiros, filhos e netos. Nessa perspectiva, Maria Eleusa da Mota e Maysa do Carmo de Paula (2012, p. 76) afirmam que nos assentamentos “a tarefa doméstica e o cuidar dos animais, da horta, bem como outros trabalhos próximos à residência, ainda continuam sendo delegados às mulheres”, mesmos estas vivendo sob um movimento onde o debate proposto é combinar ações na coletividade, “garantindo a igualdade entre homens e mulheres, tanto na vida social, quanto pessoal” (MST, 2001, p. 146).

Nessa perspectiva, Leonilde Servolo Medeiros (2008, p 12) destaca ser na hora da divisão de trabalho que a questão de gênero “possivelmente aflora em sua plenitude, uma vez que coloca em jogo a própria possibilidade de redefinição da divisão de trabalho doméstico”. Além disso, a autora destaca que é nesse momento que ocorre a naturalização do papel das mulheres “como aquela que é a responsável maior pela ‘criação’ dos filhos e que lhe impõe atividades que ocupam todo o tempo, com uma certa rigidez de horários”.

Ainda hoje, mesmo elas reconhecendo que ser “Sem Terra” no município de Boa Vista do Tupim, “significa mais ou não significa o mesmo”, do que serem simples camponesas que não possuíam terra para cultivar, não quer dizer que não tenham encontrado obstáculos em suas trajetórias juntos ao MST. As narrativas mostram que elas ainda se encontram numa posição de desvantagens em relação aos homens, em suas mobilidades e acessos a determinados espaços no assentamento, devido às sobrecargas de trabalho e, especificamente as descontinuidades de ações formativas comparados há anos anteriores, em relação a cursos, palestras e/ou oficinas direcionadas aos grupos.

O fato é que o retrocesso nas formações, enfraqueceu o coletivo feminino do assentamento, gerando inseguranças, descréditos tanto delas quanto dos outros em relação a elas, sobretudo o engajamento nas articulações e elaborações de projetos, com conteúdo específicos na colaboração de suas inclusões. Para Iara Milreu Lavratti e Luciana Dos Santos Ferreira (2015), a medida em que as famílias vão sendo assentadas e atendida em suas necessidades básicas (água, estradas e escolas):

Podemos ver um enfraquecimento do movimento coletivo: é preciso organizar a produção no lote, momento em que as mulheres, em sua maioria, abandonam o trabalho grupal e passam ao espaço restrito do lote (seu espaço privado) e dos trabalhos dele decorrentes, reduzindo e até mesmo abandonando suas atuações na esfera pública. Isso se dá porque enquanto essas mulheres participam da luta pela terra estão em conjunto com os homens, mas, a partir do momento em que conquistam os assentamentos, é comumente visto a necessidade do trabalho individualizado, onde cada família estrutura seu lote, e as mulheres se voltam apenas para o espaço privado, para o mundo da casa e da roça, voltando a assumir seus papéis domésticos, que ainda se encontra no formato das famílias tradicionais, determinado por gênero, a execução de determinadas tarefas. A família assentada se reorganiza, porém, as posições (funções e cargos) atribuídas tradicionalmente tendem a se reproduzirem (IARA MILREU LAVRATTI; LUCIANA DOS FERREIRA, 2015, p. 4).

No entanto, elas são mais dinâmicas e participativas que os homens no cotidiano do assentamento, “produto da experiência acumulada nos encontros, seminários, mobilizações etc., onde temas foram colocados de maneira nova, invertendo lugares aparentemente consolidado” pelos homens, como ressalta Leonilde Servolo Medeiros (2008, p. 11). Muito embora, suas participações tenham sido expressivas nas ocupações e ações do MST, não significa que se reconheçam enquanto protagonistas na construção desse contexto.

Nessa conjuntura, as mais jovens estão voltadas para os espaços privados das casas, distante de atuações no coletivo, afastando-se cada vez mais dos espaços formais educativos, colocando-se em uma realidade reducionista de protagonistas sob perspectivas do “códigos da casa”, frente as atividades domésticas na agrovila e nos lotes. Em vista disso, Iara Milreu Lavratti e Luciana dos Santos Ferreira (2015) evidenciam que nessas funções:

Reproduzem o lugar tradicionalmente destinado às mulheres reafirmando a opressão da dominação patriarcal, na feminilização e na divisão sexual do trabalho, onde a mulher sob o domínio de poder do homem está submissa ao cumprimento das tarefas familiares, ou seja, uma reprodução histórica do tradicionalismo, demonstrando a fragilidade dos movimentos sociais em enfrentar e compreender a importância para superar estas desigualdades de gênero nos espaços de luta e poder (IARA MILREU LIVRATTI; LUCIANA DOS SANTOS FERREIRA, 2015, p. 5).

Dessa maneira, as dificuldades com a falta de escolarização também afloraram, assim como as razões que as mantiveram fora dos espaços formais educativos, na infância e adolescência, desdobrados em obstáculos sociais aos impedimentos de seus avanços na educação e nas tentativas de retornarem aos estudos nos espaços formais do assentamento, considerados aqui, como aqueles em que a educação “acontece sistematizada, com análise de conteúdo, regulada por leis e normas da instituição de ensino”, como descrito por Edwigens Inácia de Lima et, al (2019, p. 273).

No que tange a escolarização dos filhos e filhas, as mulheres tiveram mais probabilidade de concluir, por permanecerem mais tempo sob a guarda da família, já que a maioria dos homens abandonam os estudos para acompanharem os pais nos trabalhos fora do assentamento, em fazendas e /ou cidades circunvizinhas, como complementação de renda. Fato que contribuiu e ainda contribui para a evasão escolar no assentamento, assim como a migração destes para os centros urbanos, mesmos sob fortes apelos das famílias para ficarem ajudando nos trabalhos do campo.

Ainda assim, enquanto os meninos partem em direção aos grandes centros<sup>40</sup>, justificando uma perspectiva de “futuro melhor” financeiramente, as meninas vivem outra realidade, voltando-se para o privado, engravidando muito cedo e, conseqüentemente, permanecendo ligadas às suas famílias no assentamento. Nesse sentido, Roseli Salette Caldart (2012, p. 167), aponta que, em se tratando de processo de formação de identidade dentro do MST, “significa considerar continuidades e descontinuidades, em um movimento que nunca é linear e geralmente se apresenta com múltiplos sentidos entrecruzados. Há quem tenha entrado no MST através das vivências que aqui vai aparecer por último”. Como também haverá “outros que não chegam a vivenciar diretamente todos os processos”.

Desse modo, as lembranças descortinaram novas configurações e influências externas ao Movimento, mostrando rupturas na dinâmica, provando que nem todos os valores trazidos nas diretrizes do Movimento foram e/ou são “contagiantes”, revelando que todas as sociedades são agora total e verdadeiramente abertas, de “vínculos humanos frouxos” e “terrivelmente precários”, onde é “difícil praticar a solidariedade quanto compreender seus

---

<sup>40</sup> Os destinos são as cidades de Salvador, São Paulo, Catanduva e Brasília.

benefícios, e mais ainda suas virtudes morais”, como evidenciado por Zygmunt Bauman (2007, p. 30).

Nesse sentido, os próprios discursos evidenciam significativas mudanças estruturais e ideológicas no assentamento, abalando os próprios sujeitos e as identidades existentes nele. Até porque, nas condições da modernidade, “os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles”. Nesse aspecto, a estrutura local “não é simplesmente aquilo que está presente na cena”. Muitas vezes, a “forma visível do local oculta às relações distanciadas que determinam sua natureza”, como reflete Stuart Hall (2002, p.72 apud Giddens, 1990, p. 18).

No entanto, foi no entorno dessas mulheres que surgiu o primeiro espaço educativo voltado para a Educação do Campo no município, construído pelo Incra, entre os anos de 1998 a 1999, denominado Centro Integrado de Formação Fabio Henrique Cerqueira<sup>41</sup> (CIFFHC) que, de acordo o atual diretor, foi inaugurado em 24/04/1999, com séries regulares do Ensino Fundamental I e II, turmas multisseriadas e EJA, cujo Projeto de Educação era baseado nos princípios da Pedagogia da Terra e Pedagogia do Movimento.

Esse fato foi um momento histórico para educação no município, a qual buscou articular teórica e prática, como “um determinado modo da produção da formação humana ou como diz Arroyo, de uma pedagogia da produção do sujeito social” (ROSELI SALETE CALDART, 2012 p. 321 apud, MIGUEL GONZÁLEZ ARROYO, 1995, p.3), na intenção de tornar aquele modelo de Escola do Campo e do MST, mais do que escola, integrando-a na dinâmica formadora do movimento. Até porque:

Não seria possível compreender o sentido da experiência da educação no e do MST se o foco do nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do Movimento e com a preocupação para enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que a educação pode ser mais do que educação, e que escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade (ROSELI SALETE CARLDART, 2012, p. 225)

Para mais, essa proposta ensejava formar educadores e educadoras que fossem da própria localidade, ligada ao Movimento. Isto é, torná-los “mais que alfabetizadores, mais do

---

<sup>41</sup> Nome dado em homenagem a um militante ativista do Movimento de 17 anos, assassinado, que atuou no extremo sul e baixo sul da Bahia, abrindo áreas e monitorando os acampamentos.

que ensinantes quando ensinam”, que fizessem “parte também de uma dinâmica social, cultural e formadora extremamente rica, dando às suas práticas novos sentidos” (ROSELI SALETE CALDART, 2012 p. 17). Foi um período em que as pautas de educação nesse âmbito no município, eram elaboradas junto as famílias do Movimento e giravam em torno de lutas por direitos, trabalhos coletivos, valorização da vida no campo, assim como o combate ao apelo da cidade.

Aliás, a luta inicial do Movimento no território foi além do direito à terra, uma vez que em seu projeto de educação tinha como objetivo construir e/ou reconstruir “novos seres humanos” a partir de suas próprias experiências no campo e/ou fora dele, já que agregou não somente famílias camponesas. Em outros termos, os jornalistas Sue Branford e Jan Rocha (2004, p. 161) ressaltam que “nenhum outro movimento social no Brasil jamais levou a educação tão a sério”, sendo necessários os membros do Coletivo Nacional de Educação, “desenvolverem novos métodos educacionais para o movimento”, além dos já inspirados em Paulo Freire e no “trabalho de muitos outros educadores de outros países, especialmente os socialistas”, misturados a vários métodos e filosofias educacionais, mesclando-as com o “conhecimento adquirido nas próprias experiências”.

Nessa perspectiva, até determinado período, essas mulheres, filhos e filhas, lidaram com uma educação formal diferente da atual no assentamento. Ou seja, a que apresentava os próprios objetivos, valorizando e mostrando a realidade dos trabalhadores rurais do campo, suas lutas na construção dos caminhos rumo a reforma agrária, evidenciando a razão da exploração, o sofrimento e a pobreza da maioria dos que foram expulsos e/ou saíram do contexto rural, para viverem nas cidades. Também, sobressaltando como a sociedade pode ser transformada, pensada e construída pelos trabalhadores camponeses.

Porém, a intencionalidade de imprimir nos assentamentos do território de Boa Vista do Tupim uma escola do campo com todos os predicados acima, englobando os perfis femininos aqui exposto, perdurou até meados dos anos 2000, quando o CIFFHC foi incorporado a Rede Municipal de Ensino, sofrendo alterações em sua estrutura física e, gradativamente, descontinuado em seus princípios da Educação do Campo já iniciada pelo MST no Assentamento Beira Rio. A partir daí, a educação mudou o foco, passando a atuar em outras dimensões, de forma homogênea no território.

O fato é que, no período, o antagonismo entre campo e cidade chegou às escolas do assentamento, colocando a frente educadores não receptíveis aos objetivos da linha educacional do Movimento. Alguns, carregados de preconceitos contra os sem terras e os moradores do campo, sobretudo porque, “culturalmente”, na política do município, muitos eram transferidos para essas áreas, mais como punição do que como um desafio a ser vencido.

Atualmente, os PPPs e Currículos Escolares ainda não atendem as DOEC, assim como não estão integrados a qualquer outra linha pedagógica que abranja essa dimensão, por estarem em processo de readequação. Também as temáticas de gênero, raça e classe são trabalhadas esporadicamente. No que tange a EJA, existe somente no Ensino Médio. Segundo o diretor, as vezes formam-se turmas, mas durante o ano letivo, ocorrem os esvaziamentos, uma vez que muitas justificam o trabalho nas duplas jornadas de trabalhos domésticos, como apontaram as entrevistas.

Por outro lado, os quadros ocupacionais das Unidades Escolares são formados por 59% de negros e negras. Sendo que, dessa porcentagem 61,5% são mulheres<sup>42</sup>, onde 33% estão em cargo de direção, 75% Coordenações Pedagógicas<sup>43</sup> e 100% vice-direção e pessoal de apoio<sup>44</sup>. Ou seja, os dados demonstram uma significativa atuação profissional de mulheres negras nos espaços formais da educação do assentamento, apontando para uma ruptura de padrões gerais acerca de ocupações nesses espaços. Essa realidade, além de mostrar um protagonismo negro na educação do assentamento, elucida a dimensão complexa em que é e/ou foi forjada a identidade feminina negra na construção do assentamento, a partir de diferentes experiências.

Essa circunstância, indica que há uma parcela de mulheres negras que conseguiram avançar nos estudos, transgredindo as bolhas sociais que as aprisionavam em determinados lugares de inferiorização. O melhor de tudo, que foi utilizando “a educação como prática de liberdade”, exercitando o que Bell Hooks (2013, p. 10) chamou de “um ato contra a hegemonia, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista de educação como prática de liberdade”. Principalmente em um contexto onde permeiam ideias de retorno de antigos valores, com objetivo de manter o sistema de dominação. Isto é:

---

<sup>42</sup> **Feminino:** 8 docentes negras.

<sup>43</sup> Feminino: 04 coordenadoras negras e 01 parda.

<sup>44</sup> Serviços de limpeza, merendeira, entre outras.

O racismo, o sexismo, a exploração de classe e o imperialismo, promovem uma visão perversa de liberdade que a equipara ao materialismo. Nos ensinam a crer que a dominação é natural, que os fortes e poderosos tem o direito de governar os fracos e impotentes. O que me espanta é que, embora tanta gente afirme rejeitar esses valores, nossa rejeição coletiva está longe de ser completa, visto que eles ainda prevalecem em nossa vida cotidiana (BELL HOOKS, 2013, p. 43).

Dessa maneira, as trajetórias dessas mulheres trouxeram nas entrelinhas as forças arbitrárias que atuaram sobre a Educação do Campo no assentamento, a descaracterizando sob influências, constituídas nas ações políticas, a mesma que manteve o domínio “natural” sobre valores do povo campestre, detendo, coercitivamente na memória, discursos descontinuados da educação, particularmente os contrários ao Projeto Popular do MST no território, deixando 36% de mulheres negras assentadas, nas faixas etárias entre 18 a 30 anos, sem concluírem os estudos.

Em vista disso, as lembranças dão pistas de que a política e seus sistemas foram formadores de assimetrias, distribuídas em suas estruturas organizacionais, administrativas, instrumentos legislativos e agentes políticos, tornando-se obstáculos no acesso delas e de outras aos espaços formais educativos do assentamento, uma vez que, em determinado período, rompeu a Educação do Campo no território, enfraquecendo o engajamento e as pautas que as colocassem frente as questões de gênero, identidade, raça e classe, visto que a cor predominante da classe trabalhadora no município é negra. E as desigualdades sociais no território estão profundamente ligada às desigualdades raciais.

Essas questões estão presentes no Plano Municipal de Educação(PME)<sup>45</sup>, o qual, propõe fechar escolas rurais<sup>45</sup>, trazendo em suas metas, apenas uma, especificamente voltada para a Educação do Campo<sup>46</sup> e, contraditoriamente, no conjunto de reflexões que o embasam, traz o discursos pautados nas lutas por emancipação, construção de identidade, desigualdade e movimento sociais do campo, principalmente os trabalhadores rurais ligados ao MST.

Contudo, as vozes das memórias trazidas aqui, revelaram o quanto os assentamentos tornaram-se tensos no município, por serem compostos por pluralidade de valores e desejos que muito convergiram, mas que agora divergem sob influências externas, capitalistas, partidária,

---

<sup>45</sup> Entre os anos de 2015 e 2021, como implementação do PME, foram fechadas nove escolas na zona rural, justificando dificuldades geográficas a distância.

<sup>46</sup> Meta 08: elevar a escolaridade média da população do campo garantindo o acesso e a permanência, com sucesso, de todas as crianças, jovens e adultos do meio rural.

alterando a estrutura física e social dos grupos, naturalizando diferenças de poder, raça, classe e gênero, mantendo a inferiorização das mulheres e, por certo, as implicando “nas relações assimétricas que decorrem do intenso uso dos verbos: “mandar, obedecer, fazer e controlar” ou de ações que têm essas conotações”, no intuito de “constituir as bases que permitem assegurar o resultado do sistema”, como apontam Juan Adolfo Brandt e Aílton Amélio da Silva (2010, p. 45).

Em suma, muitas outras coisas não ditas, ficaram ocultas em suas memórias, calcada no medo de expor, condições impostas que reverberaram por muito tempo em suas vidas e ainda reverbera. Mas que, ora ou outra as deixavam escapar nas entrelinhas das suas hesitações, preocupações, dúvidas e incertezas, informações as quais não negligencieei.

## **5. TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS: TECENDO CONSIDERAÇÕES**

Por um período fui testemunha do surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais no município de Boa Vista do Tupim, especificamente o MST. Somente mais tarde, através de parentes próximos ligados ao Movimento e também da minha atuação profissional na Secretaria Municipal de Saúde, junto aos ACS e, depois, como educador em escola rural, presenciei de perto as vivências das mulheres negras nesse contexto, entendendo que a chegada do MST no território, trouxe significativas mudanças, em razão de trazer uma bandeira em favor da inclusão social, propondo ao povo camponês a valorização humana, a luta por justiça e igualdade.

Nesse sentido, criou expectativas a partir das ações coletivas de ocupar, acampar e pressionar políticas públicas para atender as necessidades de uma população reprimida historicamente, sobretudo as mulheres, que passaram a refletir e debater sobre resistência, identidade, educação e protagonismos, dentro de contextos aprisionadas na ideia de submissão, exploração, sexismo, discriminação e preconceitos, ocultadas e silenciadas na história de construção do campo tupinense. Ou seja, mulheres negras que viram no movimento a possibilidade de insurgências, apegando-se a oportunidade de realizar o “sonho” materializado na terra.

Desse modo, abordá-las nesse estudo é também tirá-las do anonimato e ascendê-las ao “mundo real”, como sujeitas do processo histórico de formação do campo tupinense, tocando em forças tensas como o MST no território. No entanto, as mulheres do Assentamento Beira Rio, mesmo tendo vivido sob debates acerca da importância de suas participações na organização e composição das instâncias do Movimento, continuam realizando duplas jornadas de trabalho, atuando em papéis historicamente naturalizados e delegados a elas, subordinadas as “obrigações” familiares, evidenciado a diferença de gênero, a qual tornou-se barreira para a ascensão aos espaços formais de educação.

Ainda são vítimas do sistema de opressão arbitrário, capsuladas em obstáculos naturalizados, que as consomem cotidianamente, na desigualdade de oportunidades, nas diferenças de tratamentos, assim como nas exclusões e “solidão”, mascaradas nas frustrações e angustias vividas nas rotinas domésticas. Além do mais, os vínculos que as mantiveram na coletividade foram se dissolvendo, em consequência do enfraquecimento na organicidade dos grupos, comprometendo o protagonismo delas, na produção e militância do Movimento.

Além disso, seus contextos foram influenciados por valores e forças externas, que gradativamente foi minando o modelo econômico baseado na luta pela reforma agrária e desarticulando, provocando contradições e fortalecendo assimetrias nas relações sociais em seus ambientes. Assim, a figura do Movimento que tornou símbolo de renascença de valores e oportunidades para elas, que ressignificou suas trajetórias foi se acomodando ao longo do tempo no município. Sobretudo no que tange a educação, a qual foi descontinuada, paulatinamente, pela política partidária infiltrada, com seu *Modus operandi* no coração do Movimento, produzindo assimetrias, desalinhando estruturas, corrompendo e desarticulando a proposta pedagógica pautada na dinâmica do campo, baseada nos princípios da Pedagogia da Terra e Pedagogia do Movimento.

Para mais, na divisão de trabalho do assentamento foram sobrecarregadas, apontando indícios da descaracterização da coletividade, as retornando para os espaços privados, agregando-as em “células familiares”, com um superficial reconhecimento de seus trabalhos e protagonismo nas lutas do Movimento, principalmente as mais velhas. Ou seja, nessas circunstâncias elas sempre trabalharam muito mais que os homens e, certamente esse também é um fator complicador em avançarem em seus projetos pessoais e acessarem os espaços formais da educação.

Em relação aos suportes estruturais existentes no assentamento para incluí-las nos espaços formais educativos em etapas iniciais, no momento desse estudo, não havia nenhum, tendo possibilidades, somente, para abertura de turmas de EJA no Ensino Médio, uma vez que as outras escolas, pertencentes a Rede Municipal não disponibilizavam a modalidade EJA que atendesse as Etapas I (abrangendo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental no ensino regular) e o II (Corresponde do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no ensino regular).

Também, os instrumentos de gestão escolar das escolas como os PPPs e Currículos Escolares, não atendem as DOPEC, assim como não estão integrados a qualquer linha pedagógica que abranjam essa dimensão, dado o processo de reorganização que se encontravam. Ademais, as temáticas acerca das discussões de gênero, raça e classe são trabalhadas esporadicamente, assim como, os Projetos Pedagógicos Disciplinares ou Interdisciplinares que tenham englobado debates em torno das questões da luta da mulher pela terra, pela reforma agrária, relações de gênero e, sobretudo o protagonismo de negros e negras no MST. Ou seja, foram as ações pedagógicas e/ou atividades de educação que fortalecessem a identidade da mulher Sem-terra, das negras, de pertença e o aprofundamento na Pedagogia do Movimento.

Apesar de tudo, o quadro funcional de mulheres negras que atuam nos espaços formais de educação do assentamento, notabiliza o protagonismo delas. Mesmo que, muitas das envolvidas nesse processo não sejam originárias do assentamento é significativo as representações para as que estão de fora desses espaços formais, uma vez que joga luz sobre as transgressões e ruptura de padrões, além de refletir as dimensões complexas de suas trajetórias nos contextos em que foram forjadas suas identidades.

Outrossim, as memórias revelaram marcas que as interseccionam em encruzilhadas identitárias, atravessadas pela cor da pele, sexualidade, racismo, sexismo, pobreza, trabalho, distâncias físicas e sociais, desde cedo. Conjunções que se desdobraram em obstáculos cotidianos nas relações privadas e coletivas do assentamento, tornando-se forças atuantes sobre seus corpos sociais, alcançando tanto as mais velhas quanto as mais jovens. Além disso, os instrumentos de formações e métodos utilizados pelo MST, que poderiam as ancorar no acesso aos espaços formais educativos, retrocederam ao longo dos anos, deixando lacunas na redução de pautas acerca de identidades, gênero, classe e, sobretudo raça, visto que a cor predominante da classe trabalhadora no município é negra.

Diante de tudo, o estudo conclui que as relações de gênero pouco mudaram no contexto do assentamento, requerendo atenção, uma vez que ainda recaem sobre as mulheres, particularmente as negras, a ordem normativa social que as aprisoam na tipificação e categorização, que determina a situação de homens e mulheres no mundo de forma impositiva. Além disso, revela que as trajetórias delas foram e/ou ainda são atravessados por complexas relações de interdependência, sejam com companheiros, filhos ou agregados, respaldados pelo sistema hierárquico que rege as dinâmicas cotidianas do assentamento, impondo ritmo em suas vidas, abrangendo a forma de pensar, o comportamento e atitudes, mais visíveis no âmbito doméstico.

Em suma, os entendimentos sobre relações de gênero no assentamento Beira Rio, mostrou-se um ambiente reprodutor de desigualdades entre homens e mulheres, nas diferentes formas de organização, mesmo que o modo de acesso à terra tenha ocorrido de forma igual e juntos, atingindo diretamente a história delas em vários espaços, particularmente os formais da educação.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Jainaina, FERREIRA, Marietta de Mlares. Uso & abuso da história oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte – M: Letramento Justificando. 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARANHA, Hialely Carvalho. A ocupação das propriedades rurais improdutivas: análise das ações de ocupação dos trabalhadores rurais sem terra e a questão agrária no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3731, 18 set. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25323>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. DA LUTA ÀS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA DO CAMPO. In: XXII ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE NORDETE (EPENN), 2014, Natal, Rio Grande do Nortes. p. 1-16. Disponível em: <https://www.fe.ufg.br>. Acesso em 03 jan. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004. Disponível em: <https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>. Acessado em 10 out. 2021.

BONAZZI, Chantal de Tourtier. Arquivos: propostas metodológicas In: AMADO, Jainaina,

BRANDT, Juan Adolfo, SILVA, Aílton Amélio da. A conversação no contexto das relações assimétricas no trabalho organizado. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 43-58.

BRANFORD Sue, ROCHA Jean, Rompendo a cerca: a história do MST. 1ª ed. São Paulo : Casa Amarela, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm) > Acessado em 09 de jun. 2022.

BRASIL. Portaria nº 2488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: [http://bvsbms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011.html](http://bvsbms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html)>. Acessado em 08 jul. 2022.

BRASIL. Portaria nº 243 de 8 de julho de 2015. Dispõe sobre os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Disponível em [http://www.lex.com.br/legis\\_24138255\\_PORTARIA\\_N\\_6\\_DE\\_31\\_DE\\_JANEIRO\\_DE\\_2013.aspx](http://www.lex.com.br/legis_24138255_PORTARIA_N_6_DE_31_DE_JANEIRO_DE_2013.aspx)>. Acessado em 18 mai. 2017.

BRASIL. IBGE. Biblioteca. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/boavistadotupim.pdf>> Acesso em: 10 de mai. 2017.

BRASIL. IBGE. Cidades. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290380&search=bahia|boa-vista-do-tupim>> Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm)>. Acessado em 15 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3365.htm)>. Acessado em 15 jan. 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. **Disponível em:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2183-56.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm#art4)>. Acessado em 15 jan. 2017.

BUTTO, Andrea, HORA, Carla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil / organizadoras: Adriana L. Lopes, Andrea Butto. – Brasília : MDA, 2008. p. 7 – 18. Disponível em: [https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres\\_na\\_reforma\\_agraria.pdf](https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres_na_reforma_agraria.pdf). Acesso em: 15 de fev. 2022.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CETA - Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados. *Nossa História*. CETABAHIA.BLOGSPOT. Disponível em <<http://cetabahia.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2022.

Civilização Banto/História. 2022. <https://pt.wikibooks.org>. Disponível em: [https://pt.wikibooks.org/wiki/Civiliza%C3%A7%C3%A3o\\_Banto/Hist%C3%B3ria](https://pt.wikibooks.org/wiki/Civiliza%C3%A7%C3%A3o_Banto/Hist%C3%B3ria). Acesso em 18 jun. 2023.

---

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. - Salvador: NEIM/UFBA - Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *GÊNERO, PODER E EMPODERAMENTO DAS MULHERES*. PACTOGLOBALCREAPR. Disponível em: Acessado em 28 mai. 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *GÊNERO, PODER E EMPODERAMENTO DAS MULHERES*. **PACTOGLOBALCREAPR**. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>> Acessado em 28 nov. 2022

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio. In: *Tornar-se negro ou as vicitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *As lutas pela terra no vale do Paraguaçu*. Diocese de Ruy Barbosa. Caderno 1, 1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Histórico. CPTNACIONAL, 5. FEV. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acessado em 10 abr. 2022.

CRUZ, Marcia. Lélia Gonzalez: conheça a mineira que criou o termo 'pretuguês'. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/02/01/noticia-diversidade,1341704/lelia-gonzalez-conheca-a-mineira-que-criou-o-termo-pretugues.shtml>, acesso em 10 jul. 2023.

DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS DO CAMPO DO ESTADO DA BAHIA. Bahia. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SEC SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – SUPED. DIRETORIA DA EDUCAÇÃO E SUAS MODALIDADES – DIREM COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – CEC. 2017. Disponível em:

<http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaodocampo1#:~:text=A%20finalidade%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do,processo%20de%20ensino%20e%20aprendizagem>. Acesso em 11 jan. 2023.

DINIZ, Lilia. Estrume. 2009. Disponível em: <http://centrumaranhao.blogspot.com/2009/04/estrume.html>. Acesso em 01 mar. 2023.

DURKHEIM, É. Sociologia e filosofia. São Paulo: Martin Claret, 2009.

FRENETTE, Marco. Preto e branco: a importância da cor da pele. São Paulo: Publischer Brasil, 2000.

FERREIRA, Marietta de Mlares. Uso & abuso da história oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 236 – 246.

FONSECA, Rosana Maria da. Atividade em Grupo de Idoso. 2009. Disponível em: <https://psicologianosuas.com/2012/11/05/grupo-idosos-cras-eunapolis-bahia-psicologa-rozana-fonseca/comment-page-2/> e <https://soucatequista.com.br/colcha-de-retalhos.html>. Acesso em 15 dez. 2022.

FORMAN, Shepard. Camponeses: sua participação no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/c26m8/pdf/forman-9788579820021.pdf>. Acesso em 05 jan. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 7ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2105.

GUIMARAES, Antônio Sergio Alfredo. Racismo a antirracismo no Brasil. 3º ed. São Paulo: editora 34, 2009.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em 08 de jan. 2023.

IBGE. - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Informativo: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Educação. 2019:. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 11 jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRSEILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATISTICA. Informativo PNAD 2019. Educação. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso 08 jan. 2023.

JUNIOR, José Arbex. Prefácio. In: BRANFORD Sue, ROCHA Jean, Rompendo a cerca: a história do MST. 1ª ed. São Paulo : Casa Amarela, 2004.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como pratica de liberdade. Tradução de Marcos Brandao Cipolla – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LAVRATI, Iara Milreu, FERREIRA, Luciana dos Santos. A participação das mulheres em assentamento: dominação patriarcal e ações coletivas. Unesp. 2015.

LERNER, Gerda. Criação do patriarcado: história de opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Reginânio Bonifácio de. Memórias de Velhos: Sobre terras e gente. Rio Branco (AC): Boni, 2008.

LIMA. E. I. de. e. al. O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras. Revista Pegada – vol. 20. n.1. Janeiro-Abril/2019. Disponível em: <file:///F:/plano%20de%20trabalho%20yan/6305-23812-1-PB.pdf> acessado em 02 ago. 2020.

LOZANO, Jorge Eduardo Acerves. Pratica e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Jainaina, FERREIRA, Marietta de Mlares. Uso & abuso da história oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15 – 26.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: [http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/HISTORIA%20DA%20AGRICULTURA/Historia\\_das\\_agriculturas.pdf](http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/HISTORIA%20DA%20AGRICULTURA/Historia_das_agriculturas.pdf). Acessado em 30 jan. 2022.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil / organizadoras: Adriana L. Lopes, Andrea Butto. Brasília : MDA, 2008. p. 7 – 18. Disponível em: [https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres\\_na\\_reforma\\_agraria.pdf](https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres_na_reforma_agraria.pdf). Acesso em: 15 de fev. 2022.

MINAYO, Cecilia de Souza. O desafio da pesquisa social. In: Maria Cecilia de Souza Minayo (organizadora). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis. RJ: Vozes. 2010. Cap. 1, p. 9- 27.

MINAYO, Cecília de Souza. Trabalho de Campo: contexto e observação, interação e descoberta. In: Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis. RJ: Vozes. 2010. Cap. 13, p. 61- 105.

MOTTA, Alda Brito da. MULHERES VELHAS: Elas começam a parecer. In: Carla Bassanezi Pinsky, Joana Maria Pedro (Organização). Nova História das mulheres no Brasil. 1. ed., 1ª impressão. São Paulo: contexto, 2013. p. 84-105.

MOTA, Mari A Eleusa da, PAULA, Maysa do Carmo de. Ver. Ed. Questão de gênero no MST e a educação do campo. Popular, Uberlândia, v. 11, n 2, p. 70-82, jul./dez. 2012.

MST. Construindo o caminho. São Paulo : Secretaria Nacional do MST, 2001.

NEMÍZIA, Zelma. Partilhando experiências educacionais. Disponível em: <http://zelmanemiziaeducadora.blogspot.com/2011/07/dinamica-colcha-de-retalhos.html>. Acesso em 15 fev. 2023.

NOLASCO, Edna Santos. BOA VISTA DO TUPIM: 25 anos de Emancipação Política. 1962-1987. ed. Revista Panorama da Bahia. Vista do Tupim.Ba, 1987.

OYEWÙMI, Oyèrónké. A invenção da mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. – 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PEDRO, Joana Maria(Organização). Nova História das mulheres no Brasil. 1. ed., 1ª impressão. São Paulo: contexto, 2013. p. 65-83.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos In: Carla Bassanezi Pinsky, Joana Maria Pedro (Organização). Nova História das mulheres no Brasil. 1. ed., 1ª impressão. São Paulo: contexto, 2013. p. 469-512.

PRIORE, Mary Del. Sobreviventes e guerreira: uma breve história das mulheres no Brasil. São Paulo: Planeta, 2020.

POLLAK, Michael. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 5. n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Djamila Lugar de fala / Djamila Ribeiro. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

SANTANA, Bianca. Prefácio. In: FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da idade medias aos dias atuais. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências / Boaventura de Sousa Santos. — 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. rer. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Cibele Pinho da, PINHO, Elizabete Mendes. O BAIRRO DOS “ARTISTAS” EM BOA VISTA DO TUPIM. CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA. UNEB-PLATAFORMA FREIRE- PARFOR. Itaberaba – Ba. 2017.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

STEDILE, João Pedro. Prefácio In: SANTOS, Andreia Paulo, RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado, MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom (org.) Vozes da marcha pela terra. São Paulo: Loyola, 1998.

TRABUCO, Gismália Luiza Passos. A práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos do MST na Chapada Diamantina – Ba. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19164/1/Disserta%20de%20Gismalia%20Luiza%20Passos%20Trabuco.pdf>. Acessado em 15 dez, 2021.

VIEIRA, Else R. P. As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).2002. Disponível em: Encontrada no endereço: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.php?rd=LAN-DANDR542&ng=p&th=49&sc=1&se=0>. Acesso em 16 fev. 2023

VOLDMAN, Danièle. Definições e uso In: AMADO, Jainaina, FERREIRA, Marietta de Mlares. Uso & abuso da história oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 33 - 42